



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM  
ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA  
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Local: FIEMG – Av. Rondon Pacheco, 2100, Vigilato Pereira - Uberlândia/MG  
Datas: 10/08/2012 às 09:00 hs

Aos 10 (dez) dias do mês de agosto do ano corrente, realizou-se na FIEMG Uberlândia/MG, logradouro acima transcrito, a nonagésima reunião ordinária do conselho de política ambiental, Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Dra. Silvia Cristiane Lacerda, suplente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Sra. Lilian Costa Damasceno, 1º suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Sr. Flávio da Costa Santos, titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE; Sra. Patrícia Metz Peixoto, 1ª suplente da Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP; 1º SGT PM Sr. Carlos Augusto Faria de Oliveira, 2º suplente da Polícia Militar de Minas Gerais; Sr. Carlos Alberto Valera, titular da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ; Sra. Raquel Mendes Carvalho, 2ª suplente da prefeitura municipal situada na área de abrangência da URC; Sra. Dora Marques Peres Drummond, 1º suplente do Comitê de Bacia dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, Sr. Thiago Alves do Nascimento, 2º suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Sr. Moisés Inácio Franco, 1º suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG; Sr. Fábio Pergher, titular da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Sra. Simone Naves Bernardes Costa, 2ª suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Sra. Nathália Cristine Araújo, titular da Organização para a Proteção Ambiental – OPA; Sra. Vanda Davi Fernandes de Oliveira, titular do Ambiente e Educação Interativa – AMEDI; Sr. Natal Junio Pires, 2º suplente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Araxá – CEFET /MG; Sr. Reginaldo de Camargo, titular da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. **Item 1 - Execução do Hino Nacional Brasileiro.** SILVIA (PRESIDENTE) – Bom dia a todos, convidamos a todos os conselheiros para tomarem assento a mesa. Iniciaremos nesse momento a 91ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 10 de agosto de 2012, início às 09:14. Passaremos agora para execução do hino nacional. **Item 2 – Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Danilo Vieira Junior.** SILVIA (PRESIDENTE) – Gostaria de informar aos senhores conselheiros que acontecerá no próximo mês, no mesmo dia da Reunião do Copam URC\Alto Paranaíba, a primeira Copa extraordinária do Noroeste de Minas, onde os conselheiros no dia anterior serão treinados como conselheiros, para assumirem essa Comissão e no mesmo dia da reunião na parte da tarde, acontecerá a reunião da Copa. Então tendo em vista essa modificação, mesmo dia de reunião Copam reunião de Copa, eu gostaria de solicitar aos nossos conselheiros para otimizar as nossas discussões porque nós temos horário para início e finalização e irá comprometer o horário da próxima reunião. Então para essa reunião, a gente



vai estipular que os dois processos que estão com vista, o prazo de 30 minutos para fazer a discussão e não comprometer o horário da reunião. Isso não quer dizer que nós não faremos as discussões, todas as discussões que forem necessárias serão realizadas, mas a gente gostaria de otimizar as discussões. Desculpe, fui corrigida aqui, eu estava me referindo a Copa Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Passamos neste momento ao item 3, e eu passo a palavra aos senhores. **Item 3 - Comunicado aos conselheiros:** Dora (PN3) – O PN3 solicitou a Supram, o ofício 25\2012, no qual foi solicitado cópia dos pareceres técnicos referente aos processos de DRDH 7756\2011 – PCH Cotia Alta e DRDH 7757\2011 – PCH Cruz Velha, elaborados pela SUPRAM TM\AP – que foram apresentados na reunião da CETIL, realizada no dia 06 de junho de 2012 e votadas na reunião conjunta CETIL e CETIG, realizada no dia 02 de julho do corrente ano em Belo Horizonte. O motivo da solicitação é pelo fato que os pareceres foram apresentados e votados nas auferidas reuniões e não foram apreciados pelo Comitê. A SUPRAM tem alguma posição de quando pode fornecer esses pareceres? SILVIA (PRESIDENTE) – Essa solicitação foi protocolada na SUPRAM? Como a gente não tem resposta aqui no momento, a gente vai pedir para SUPRAM agilizar a verificação desses pareceres e encaminhar ao comitê. Mais algum conselheiro? SIMONE (ABES) – O Leocadio quer fazer um comunicado. LEOCADIO (ABES) – Bom dia presidente a qual cumprimento os demais conselheiros. Eu gostaria de abrir o espaço para fala do Sr. Nilo André, que é o presidente da comissão eleitoral do Paranaíba, e o atual secretario executivo do Comitê, então ele vai passar informações sobre o processo eleitoral. NILO ANDRÉ – Bom dia a todos conselheiros, bom dia presidente, nossa fala é no sentido de promover o nosso processo eleitoral que vai até dia 30 de setembro, ele é da bacia do Rio Paranaíba, que envolve quatro estados, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A gente gostaria de contar com a participação do maior número possível de candidatos nos setores de usuários e também no setor de sociedade civil, pode público municipal e estadual e nós contamos com a ajuda de cada um de vocês para divulgar esse evento. Então dia 30 de setembro vai ser as inscrições. THIAGO (FIEMG) – Bom dia todos, complementando a fala, do nosso presidente do PN3, dia 28 vai acontecer uma mobilização acerca do Paranaíba e eu gostaria de contar com a multiplicação e divulgação de vocês para que a gente possa trazer a nossa casa o maior número de representantes para compor nosso lado mineiro e para que a gente não perca espaço nessa questão do comitê. Obrigada. SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum conselheiro? FLÁVIO (SEDE) – Vou fazer um convite para que interessar no assunto, vai ter agora de 1 a 7 de setembro, o congresso brasileiro de arborização urbana que acontece aqui no Center Convention em Uberlândia. As inscrições estão sendo realizadas pelo site CBAU2012 (<http://www.sbau.org.br>). NATHALIA (OPA) – Também quero fazer um convite, dia 21 de agosto a OPA vai realizar seu primeiro ciclo de palestras, vai ser através de nucleação, recuperação de áreas degradadas, a entrada é gratuita, aberta a toda comunidade, e convidá-los para esse evento que vai acontecer no Center Convention as 19:00 horas. Para quem quiser maiores informações entrar no site [www.opa.org.br](http://www.opa.org.br). SILVIA (PRESIDENTE) – Eu gostaria de registrar aqui a presença do Robson da Ouvidoria Geral do Estado, seja bem vindo a Reunião da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Passamos ao item 4. **Item 4. Exame da Ata da 90ª RO de 13/07/2012.** Em discussão. VANDA (AMEDI) – Cumprimento a todos e todas e dizer que realmente é um prazer estar aqui com vocês contribuindo para esses processos. Com relação a ata, tem ainda algumas inconsistências como eu apontei na reunião anterior, mas apenas para deixar registrado, eu não vou me ater aos detalhes. SILVIA (PRESIDENTE) – Sra. Conselheira, a senhora gostaria de encaminhar para Supram alguma



sugestão de alteração ou a gente pode votar a ata da forma que está? VANDA (AMEDI) – A forma que eu fiz a leitura, eu conversei a pouco com a representante do jurídico, e ela vai levar isso a conhecimento do pessoal e a gente prossegue. SILVIA (PRESIDENTE) – Então em votação, os senhores conselheiros que concordarem com a ata permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. VANDA (AMEDI) – Sra. Presidente, eu apenas vou me abster. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, ata aprovada com abstenção da Vanda (Amedi). SILVIA (PRESIDENTE) – Então neste momento faremos a leitura de todos os processos, os senhores conselheiros que quiserem algum esclarecimento solicitem por gentileza o destaque. **Item 5 - Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação - Ampliação: 5.1 Curtume Boa Vista Ltda. - Fabricação de couros por processo completo, a partir de peles até o couro acabado, com curtimento exclusivamente ao tanino vegetal e fabricação de couro por processo completo, a partir de peles até o couro acabado, com curtimento ao cromo, seus derivados ou tanino sintético - Carmo do Paranaíba/MG - PA/Nº 00152/1995/006/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. RETORNO DE VISTA pelos Conselheiros Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG e Vanda Davi Fernandes de Oliveira representante da AMEDI. Esse processo é vista então será discutido separadamente. Item 6 - Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 6.1 Produtos Tarumã Ltda. - Preparação do Leite e fabricação de produtos de laticínio - Uberlândia/MG - PA/Nº 00082/1987/002/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. RETORNO DE VISTA pelos Conselheiros Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG e Vanda Davi Fernandes de Oliveira representante da AMEDI. Também é vista, será discutido posteriormente. 6.2 Frigorífico Delta Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, eqüinos, bubalinos, muares, etc.) - Delta/MG - PA/Nº 00312/1999/005/2009 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. RETIRADO DE PAUTA em 13/07/2012. Esse processo foi retirado de pauta no dia 13/07 e está voltando agora porque já foram sanadas as pendências. NATHALIA (OPA) – Destaque. Item 7 - Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 7.1 Petra Energia S.A - Locação e perfuração de poços exploratórios de gás natural ou de petróleo inclusive em área cárstica - Presidente Olegário/MG - PA/Nº 10389/2012/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA (AMEDI) – Destaque. 7.2 Petra Energia S.A - Locação e perfuração de poços exploratórios de gás natural ou de petróleo inclusive em área cárstica - Presidente Olegário/MG - PA/Nº 10421/2012/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA (AMEDI) e SUPRAM – Destaque. 7.3 Sérgio Pazini/Fazenda Furnas-Quebra Canela - Avicultura de postura - Indianópolis/MG - PA/Nº 08003/2012/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. NATHALIA (OPA), VANDA (AMEDI) e SUPRAM – Destaque. 7.4 Gecimar Fernandes da Cunha - Avicultura de corte e reprodução e bovinocultura de corte - Monte Alegre de Minas/MG - PA/Nº 02346/2012/001/2012 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. NATHALIA (OPA) e VANDA (AMEDI) – Destaque. 7.5 Mariuzan Francisco de Deus/Fazenda Maryllia e Água Limpa - Avicultura de corte e reprodução e bovinocultura de corte - Uberlândia/MG - PA/Nº 20218/2011/002/2012 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA (AMEDI) – Destaque. SILVIA (PRESIDENTE) – Eu gostaria de fazer uma correção aqui senhores conselheiros o item 7.6 Usina Uberaba S.A, deveria ter sido pautado como subitem porque esse processo é uma licença previa e licença de**





instalação para ampliação. Então registrar aqui essa correção e ele seria um subitem separado. Então **7.6 Usina Uberaba S.A - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistema retalhistas e postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de avião - Uberaba/MG - PA/Nº 1962/2003/007/2012 - Classe 3- Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. Item 8 - Processo Administrativo para exame da Licença de Operação: 8.1 Macedo e Souza Ltda.- Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistema retalhistas e postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de avião - Uberlândia/MG - PA/Nº 06717/2011/003/2012 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. Item 9 - Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 9.1 Agostinho Mansano Peres/Fazenda Boa Esperança. - Suinocultura (ciclo completo), culturas anuais, barragem de irrigação e formulação de rações balanceadas para animais - Presidente Olegário/MG - PA/Nº 17364/2011/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. NATHALIA (OPA) e VANDA (AMEDI) – Destaque. 9.2 Guará Agropecuária Ltda. - Suinocultura, silvicultura e bovinocultura de leite - Santa Juliana/MG - PA/Nº 8926/2005/002/2011 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. NATHALIA (OPA) e VANDA (AMEDI) – Destaque. 9.3 Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda. (Ex Cia Açucareira Araporã) - Fabricação e refinação de açúcar, destilação de álcool e postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de avião - Araporã/MG - PA/Nº 00021/1981/014/2009 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. Esse processo tem uma correção da SUPRAM, que eu gostaria que o gestor explicasse aqui antes de colocar em votação em bloco. VANDA (AMEDI) – Destaque. SILVIA (PRESIDENTE) – Então faremos a correção posteriormente já que houve pedido de destaque pela Vanda. 9.4 Rejane Pereira Guimarães Achcar/Fazenda Santa Lourdes - Suinocultura, silvicultura e bovinocultura - Prata/MG - PA/Nº 16156/2005/002/2011 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA (AMEDI) – Destaque. Item 10 - Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 10.1 Granja Planalto Ltda. - Incubatório - Uberlândia/MG - PA/Nº 01271/2004/002/2012 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. 10.2 Woodtec Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. - Desdobramento de madeira - Indianópolis/MG - PA/Nº 28830/2011/001/2012 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. VANDA (AMEDI) – Destaque. SILVIA (PRESIDENTE) – Então senhores conselheiros, temos destaques nos itens: 6.2; 7.1; 7.2; 7.3; 7.4; 7.5; 9.1; 9.2; 9.3; 9.4 e 10.2. Então nesse momento nós colocamos em votação o item 7.6; 8.1 e 10.1. Os senhores conselheiros que concordarem com parecer da SUPRAM permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. Processos aprovados. Neste momento entramos em discussão no item 5.1 Curtume Boa Vista Ltda. - Fabricação de couros por processo completo, a partir de peles até o couro acabado, com curtimento exclusivamente ao tanino vegetal e fabricação de couro por processo completo, a partir de peles até o couro acabado, com curtimento ao cromo, seus derivados ou tanino sintético - Carmo do Paranaíba/MG - PA/Nº 00152/1995/006/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. RETORNO DE VISTA pelos Conselheiros Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG e Vanda Davi Fernandes de Oliveira representante da AMEDI. Neste momento contarei o prazo de 30 minutos para as discussões. Eu gostaria que cada um dos senhores conselheiros fizesse a sua explanação e todos os questionamentos serão respondidos posteriormente pela**



equipe. Então cada um levantar todas suas dúvidas e questionamentos para a gente não ter um delongamento nas nossas explicações. THIAGO (FIEMG) – Bom dia novamente, em visita ao empreendimento, com análise do processo e principalmente com esse esclarecimento trazido pela equipe da SUPRAM, posteriormente mais a tempo, eu não tenho nenhum problema em votar a favor e defender meu parecer acompanhando a equipe técnica da SUPRAM pelo deferimento, que hora está sendo aqui pleiteado. Sem mais delongas, para quem leu o parecer fica claro que as informações que se diz não conter no parecer estão lá, inclusive eu procurei a equipe técnica da SUPRAM para conversar, como foi colocado aqui de antemão que sempre que tiverem alguma dúvida ou sempre que precisar de algum esclarecimento eles estão a nosso dispor. Então, por toda essa diligência e por todas as informações trazidas, eu vou acompanhar e pedir a todos que também acompanha o pedido da SUPRAM pelo deferimento. Obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Obrigada conselheiro, Vanda (AMEDI). VANDA (AMEDI) – Bom, eu procurei elaborar um parecer fazendo o máximo possível de citações colocando os trechos que estavam dentro do processo, uma vez que os conselheiros e conselheiras não teriam a oportunidade de olhar o processo. Citando as folhas para que isso pudesse ficar bem garantido da justeza das informações ali colhidas. Considerando que todos os conselheiros leram o processo, e aqui eu quero deixar registrado, que eu acabei de receber assim que eu cheguei o parecer da SUPRAM falando sobre as coisas que questiono no parecer. Então, não chegou para mim em tempo hábil para mim contestar, então nesse sentido eu não vou fazer nenhuma explicação e deixo para o conselho dizendo que eu trago nesse parecer as minhas contribuições. Obrigada. SILVIA (PRESIDENTE) – Algum conselheiro tem algum questionamento em relação ao relatório da conselheira Vanda, antes da gente passar para explicação da equipe técnica? Então nesse momento passaremos a palavra a equipe técnica que analisou o processo. CAMILA (SUPRAM) – Só gostaria de esclarecer primeiro conselheira Vanda que a gente deixou uma copia desse retorno de vista na mesa de cada conselheiro eu vou estar fazendo a leitura só para vocês acompanharem e ficarem mais fácil o entendimento. *“Com base no retorno de vistas apresentado pela conselheira Vanda Davi Fernandes de Oliveira, representante da AMEDI, a equipe técnica e jurídica da SUPRAM TMAP vem responder aos questionamentos levantados no mesmo. - Com referência ao Cromo: O empreendimento desenvolve, segundo enquadramento na Deliberação Normativa COPAM 74/2004, apenas a atividade de fabricação de couro por processo completo, a partir de peles até o couro acabado, com curtimento exclusivamente ao tanino vegetal, para a qual possui Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF nº. 019282006). Quanto aos couros curtidos ao cromo citados no relatório de vistoria, os mesmos já vêm curtidos de outros empreendimentos e só passam por processo de tingimento com anilina em fulões. O efluente líquido desse processo é direcionado para a Estação de Tratamento, motivo pelo qual foi constatada a presença do Cromo nas análises laboratoriais. Os valores encontrados nessas análises encontram-se dentro dos parâmetros legais vigentes (Deliberação Normativa COPAM/CERH-MG 01/2008) e a ETE já se encontra apta a receber e tratar o efluente líquido oriundo do curtimento ao Cromo. - Com referência ao Sulfeto: O empreendimento não utiliza sulfeto como insumo em nenhuma de suas etapas. O produto utilizado é uma mistura líquida usada para retirar a pele do couro. O sulfeto apontado nas análises laboratoriais é resultado de reações químicas do processo de curtimento. Os valores encontrados nessas análises encontram-se dentro dos parâmetros legais vigentes (Deliberação Normativa COPAM/CERH-MG 01/2008). - Com referência aos efluentes líquidos: Conforme informado no Parecer Único, na página 10, o esgoto sanitário é tratado*



em fossa séptica e lançado na rede pública da COPASA. Quanto ao efluente industrial, a COPASA emitiu declaração de que não possui atualmente capacidade para coletá-lo em sua rede. Declara ainda que para realizar essa coleta, faz-se necessária a construção de uma nova rede a cargo do empreendedor, o que está sendo realizado, conforme relatório fotográfico apresentado e com término previsto para 23/08/2012, conforme declaração apresentada à Prefeitura do Município de Carmo do Paranaíba. Ressalvo ainda, que o responsável técnico pela execução da obra é o engenheiro Civil Sr. Kazuo Tani o qual emitiu ART para tal. Quanto à possível anuência da COPASA para o prolongamento da rede, informamos que, conforme consta nas páginas 261, 262 e 263, o projeto foi apresentado pela própria concessionária e aceito pelo empreendedor que arcou com os custos. Desde o início das atividades (2006) o empreendimento realiza o tratamento do efluente em sua ETE. Ao final do tratamento o efluente é recolhido em caminhão-pipa e lançado no mesmo corpo hídrico que recebe o esgoto in natura do município. - **Com referência a construção/ampliação de intervenção em APP:** Conforme informado no Parecer Único, página 06, lê-se “sugere-se a autorização e **permanência** em APP ocupando uma área de **0,11,10** hectares **sendo expressamente vedada sua expansão** em APP”. Sendo assim está sendo sugerido no Parecer apenas a autorização da permanência da intervenção já existente. - **Com relação à intervenção ser considerada como antrópica consolidada:** A AMEDI, por meio de sua representante, apresenta uma imagem de satélite do ano de 2.000 onde não existia a intervenção em APP (ETE) e posteriormente uma imagem de 2.006, onde já existe a referida intervenção. Conforme ART assinada por Fabiano Costa Rogério de Castro, engenheiro florestal, CREA MG 78.962/D, a instalação se deu anteriormente a 19 de junho de 2002 sendo assim, de acordo com a Lei Estadual 14.309 de junho de 2002, a intervenção é considerada como antrópica consolidada e pode ter sua permanência autorizada, apesar de haver alternativa técnica locacional. - **Com referência a medida compensatória pela intervenção em APP:** O empreendedor realmente apresentou uma área para compensação dentro dos limites da APP, porém, como consta no Parecer Único, nas páginas 06 e 07, essa área não foi aceita pela equipe técnica, como se pode interpretar no trecho abaixo: “Pelas intervenções em APP, conforme descrito no item 07 desse Parecer, o empreendedor **irá** compensar uma área de 0,22,20 hectares, ou seja o dobro da área sob intervenção e **fora da APP**, essa área encontra-se dentro dos limites da propriedade e **deverá ser contígua a APP existente.**” Com a aprovação do Parecer o empreendedor deverá seguir o que nele foi determinado. - **Com referência a Anotação de Responsabilidade Técnica:** O responsável pelo funcionamento da Estação de Tratamento de Efluentes é o Sr. Cassius Malaguti, engenheiro civil, especialista em Saneamento e Meio Ambiente e, Planejamento e Gestão Ambiental, CREA MG 58803/D. O referido Responsável emitiu ART para o Plano de Controle Ambiental e como a ETE é um desses planos e a formação acadêmica do mesmo permite a elaboração do projeto, esta mesma ART abrange a Estação de Tratamento. Como o projeto da ETE não sofrerá alterações e foi elaborado pelo Sr. Cassius Malaguti, desde o início de sua operação o mesmo sempre foi o responsável técnico. Quanto ao questionamento sobre o embasamento da responsabilidade técnica em cima de uma ART, informamos que este sempre foi o procedimento adotado pela SUPRAM e que a questão de competência ou não do profissional que assina fica sob responsabilidade do Conselho de Classe do profissional, nesse caso o CREA. **Não compete a SUPRAM o questionamento de capacidade profissional de quem assina a ART.** - **Com referência a quem adiciona o sal:** No Parecer Único, página 05, onde se lê “adicionamos o sal”, fica evidente um simples erro de





277 digitação, uma vez que não é a equipe técnica que realiza essa atividade, e sim, um  
278 funcionário do empreendimento. - **Com referência ao balanço hídrico:** Conforme a outorga  
279 concedida pelo IGAM, portaria 106/2011, o empreendimento possui autorizada uma  
280 captação em nascente para 5m<sup>3</sup>/hora, por um período de 10 horas/dia, totalizando um volume  
281 total diário de 50m<sup>3</sup>. No Relatório de Controle Ambiental apresentado foi informado que o  
282 consumo médio nominal é de 36,90m<sup>3</sup>/dia, portanto a outorga atende, com margem de  
283 segurança, a necessidade hídrica do empreendimento. - **Com referência aos resíduos sólidos**  
284 :A quantidade gerada, a classificação e a destinação final de todos os resíduos sólidos do  
285 processo de curtimento estão descritos na página 125 do processo administrativo, ao qual a  
286 representante da AMEDI teve acesso em seu pedido de vistas. A comprovação dessa  
287 destinação se fará a partir do cumprimento do item 2 do anexo II, de automonitoramento de  
288 resíduos sólidos. A empresa SR Tratamento de Resíduos Industriais Ltda está devidamente  
289 licenciada, tanto para transporte, como para tratamento de resíduos industriais perigosos -  
290 classe I. - **Com referência a piquelagem:** Com vistas a redução de consumo e geração de  
291 resíduos, o empreendimento simplesmente reutiliza o excesso de sal da salga dos couros para  
292 salgar novas peles ou para salgar novamente alguma que tenha necessidade. - **Com**  
293 **referência a ART para eficiência do tratamento de efluentes líquidos:** O empreendimento,  
294 como já foi dito apresentou ART de um engenheiro civil pelo projeto da ETE, e o mesmo não  
295 somente elaborou o RCA e o PCA, como é consultor do mesmo. **Não compete a SUPRAM o**  
296 **questionamento da capacidade profissional de quem assina a ART.** O empreendimento  
297 realizará o automonitoramento do efluente bruto e tratado, caso as análises se apresentem  
298 fora dos parâmetros vigentes, o mesmo será autuado e exigido pela SUPRAM as adequações  
299 necessárias. **CONCLUSÃO:** A equipe técnica e jurídica da SUPRAM TMAP sugere a  
300 manutenção de seu Parecer Único, ou seja, do deferimento da Licença Prévia concomitante  
301 com a Licença de Instalação para o Curtume Boa Vista Ltda. Viemos ainda ressaltar que a  
302 maioria dos questionamentos levantados no retorno de vistas da conselheira da AMEDI  
303 poderiam ter sido sanados no desenvolver da reunião anterior, mesmo porque a prezada  
304 conselheira não realizou vistoria no local. Em sua última página do retorno de vistas,  
305 encontramos a sugestão “para que seja apresentado um parecer fidedigno e esclarecedor”.  
306 Retirando do dicionário, encontramos que o sinônimo para a palavra fidedigno é: “digno de  
307 fé, que merece crédito”. Viemos, por fim, demonstrar nosso imenso constrangimento com  
308 essa manifestação a respeito de nosso trabalho. A equipe da SUPRAM TMAP está e sempre  
309 esteve aberta a todos os **questionamentos técnicos** desse respeitoso conselho, só não  
310 admitiremos, em hipótese alguma, **questionamentos sobre a conduta moral** de nosso  
311 trabalho”. VANDA (AMEDI) – Primeiro a questão da capacidade profissional que foi citada  
312 duas vezes no parecer. Eu não questiono a capacidade profissional, eu questiono a  
313 competência profissional, eu estou falando de competência, porque o engenheiro civil tem  
314 uma determinada competência, o engenheiro químico tem uma determinada competência.  
315 Talvez tenha havido um equívoco da forma que eu coloquei, este é um ponto, eu não  
316 questiono jamais a questão de capacidade profissional e sim a competência, então eu quero  
317 que fique bem esclarecido e registrado. O segundo ponto que eu queria dizer, na verdade são  
318 tantas coisas, mais uma delas eu queria perguntar ao conselheiro representante do Ministério  
319 Público, conselheiro Valera, se esse conselho pode autorizar ou validar essas obras dentro da  
320 APP conforme demonstrado no mapa. O terceiro ponto, eu queria na reunião passada, quem  
321 intercedeu foi o Reginaldo representante da Universidade Federal, com relação as  
322 informações. Então o que eu queria dizer é que eu entendo todas as colocações que foram



323 feitas na reunião anterior, mas o que eu preciso é sentir confiança no parecer para que eu fique  
 324 tranquila, então, os questionamentos diminuem na medida que o parecer está mais completo.  
 325 Tem alguns pareceres aqui que eu não pedi destaque, e eu queria pedir destaque só para dizer  
 326 que o parecer trás um histórico mais completo, ele da mais segurança ao conselheiro, e, se  
 327 der, no decorrer eu destaco quais são eles. Então é mais por isso, porque se o parecer vem  
 328 completo, com histórico, dando esses detalhes, ai fica mais fácil. Então é mais para contribuir  
 329 mesmo e para dizer que esses pareceres venham cada vez mais completos para não ser  
 330 necessário tanto questionamento. Queria dizer também que eu officiei a COPASA, eu mandei  
 331 um ofício para a COPASA questionando se existe estação de tratamento com possibilidade de  
 332 tratar efluentes com possíveis resíduos de cromo. Eu insisto nisso porque dentro está que nas  
 333 análises foram encontrados resíduos de cromo, embora eles rebatam dizendo que está dentro  
 334 dos padrões. Não vou questionar, eu trago aqui só essa contribuição. Eu acho que não tem  
 335 tanto para questionar e lógico, cada conselheiro tem seu juízo de valor. CARLOS VALERA  
 336 (PGJ) – Bom dia a todos. Vanda, como colocado no parecer, a lei estadual 14309\2002, ela  
 337 trata especificamente dessa questão nos artigos 11, 11 A. O que diz a lei? Que as ocupações  
 338 ocorridas até 19 de junho de 2002, desde que sejam de baixo impacto e obviamente  
 339 submetidas à medida compensatória, a critério técnico do órgão ambiental, podem ser  
 340 mantidas. Nós até do Ministério Público, propusemos uma ação direta de  
 341 inconstitucionalidade como parte desse dispositivo porque o texto dessa lei criava uma anistia  
 342 ampla, geral e irrestrita, e nós propusemos e o tribunal acolheu nosso pedido determinando  
 343 uma interpretação conforme. O que é uma interpretação conforme? O tribunal diz o seguinte,  
 344 a anistia está assegurada, porém cada intervenção tem que submeter ao procedimento  
 345 administrativo da resolução CONAMA 369 e da deliberação normativa COPAM 76\2004.  
 346 Então em cada intervenção para auferir se ela é consolidada ou não, e para se colocar as  
 347 medidas compensatórias decorrente da manutenção da intervenção, há de haver um  
 348 procedimento administrativo próprio. Como está havendo procedimento administrativo  
 349 próprio, no âmbito do licenciamento, sobre o aspecto da legalidade não tem problema  
 350 nenhum. FABIO (FEDERAMINAS) – Bom dia. Eu só queria dar um detalhe eu sou  
 351 engenheiro químico de formação, e com relação a competência, a muito tempo foi discutido  
 352 isso ai dentro do próprio CREA com referencia se engenheiro civil poderia assinar ou ter  
 353 responsabilidade em cima de estações. Essa discussão é antiga e chegou-se a conclusão que as  
 354 matérias que são pertinentes a estação de tratamento de efluentes, os engenheiros civil tem  
 355 competência sim de estarem sendo responsáveis por estações de tratamento de efluentes, tanto  
 356 que as maiores estações do estado de Minas Gerais são de responsabilidade de engenheiro  
 357 civil, até porque o número de engenheiro químico é muito pequeno e eles estão direcionados a  
 358 outros processos. Tanto que a melhor definição de engenheiro químico na realidade é uma  
 359 mistura de engenheiro mecânico e químico na realidade e os processos químicos nem sempre  
 360 são exclusivos de estação de tratamento, sendo que são processos físicos – químicos, ou seja,  
 361 neutralização, separação solido – liquido, isso é competência de qualquer tipo de engenharia,  
 362 então eu queria deixar bem claro isso que eu estou vendo que no outro processo houve essa  
 363 dúvida, esse levantamento e isso é uma discussão muito antiga no CREA e hoje não tem mais  
 364 dúvida disso no CREA. NATHALIA (OPA) – Eu queria verificar com a equipe da SUPRAM,  
 365 não estou lembrada, se existe alguma solicitação para comprovação desse término das obras  
 366 que a empresa está fazendo, coleta. Está previsto para dia 23\08, se há alguma condicionante  
 367 que peça essa comprovação desse término da obra. CAMILA (SUPRAM) – Nathalia, no  
 368 parecer único no anexo 1, item 2 tem a condicionante: “Apresentar relatório fotográfico e ou





369 documento comprobatório, comprovando que os efluentes tratados na ETE estão ligados a  
370 rede pública municipal. Prazo 60 dias. NATHALIA (OPA) – Ok. SILVIA (PRESIDENTE) –  
371 Srs. Conselheiros, mais algum questionamento sobre o processo para a equipe técnica? Então  
372 eu acho que não tem necessidade de ouvir a equipe porque já foi informados tanto pelo  
373 competência quanto pela APP também pelo Ministério Público, e em relação conselheira  
374 Vanda aos pareceres serem mais completos, como nós informamos na ultima reunião é  
375 importante esse contato dos conselheiros com a equipe da SUPRAM. A equipe da SUPRAM  
376 está a disposição de todos vocês para fazer todos os esclarecimentos necessários, até mesmo  
377 antes da reunião do conselho. Então vocês tendo dúvidas podem procurar a equipe técnica,  
378 nós estamos aqui para prestar o apoio técnico, administrativo e jurídico aos senhores  
379 conselheiros, mas desde já agradecemos suas contribuições Vanda. Mais algum  
380 questionamento? VANDA (AMEDI) – Teria um outro questionamento com relação a equipe  
381 multidisciplinar que assina o parecer, queria saber se eles pudessem depois apresentar desse  
382 parecer qual é a equipe, quais as especialidades de cada um, e eu queria sugerir uma..., porque  
383 isso é importante digo a implicação, tem um detalhe que está no final de praticamente todo o  
384 parecer que está bem na conclusão do parecer, dizendo que qualquer alteração de  
385 cumprimento das condicionantes ficaria a cargo dessa equipe. É uma equipe multidisciplinar,  
386 ou seja, vai ter detalhes que o profissional vai ter que saber coisas técnicas, e eu queria sugerir  
387 uma alteração na redação desse tópico que incluiria o seguinte... eu me perdi com minhas  
388 anotações mais eu já digo... na redação final dos pareceres colocar, tem uma palavra... quem  
389 está ai com parecer só para mim ler a redação por gentileza? “Eventuais pedidos de alteração  
390 nos prazos de cumprimento das condicionantes”, porque as vezes é apenas um cumprimento  
391 de prazo e isso reflete na questão técnica, que eu queria que colocasse a palavra eficiência,  
392 incluir, com a assinatura do técnico responsável. Porque é a segurança que eu acho que nós  
393 devemos ter, para que a pessoa que fez a alteração de prazo tenha conhecimento de causa no  
394 sentido técnico que estou dizendo, não estou hora alguma falando de competência e isso é  
395 uma interpretação equivocada, para que a gente tivesse essa segurança, porque a pessoa que  
396 analisou realmente sabe que aquela alteração de prazo, não vai implicar em uma questão seria  
397 ambiental. SILVIA (PRESIDENTE) - Conselheira Vanda, a Camila da SUPRAM vai fazer os  
398 esclarecimentos em relação a esse parágrafo nos pareceres. Esse é um texto padrão em todos  
399 os processos é um alerta aos empreendedores informando se houver alguma alteração ele tem  
400 que comunicar para que seja analisado e toda solicitação tem que passar novamente por  
401 análise da equipe técnica, análise da equipe jurídica. KAMILA (SUPRAM) – Conselheira, a  
402 gente sabe que a competência de julgamento desses processos é do conselho, então e ele quem  
403 decide sobre o deferimento ou não daquele licenciamento, com base no parecer que a gente  
404 faz. Em varias reuniões com outras superintendências, a gente entendeu por bem fazer.  
405 Sempre havia pedido de prorrogação por mais 30 dias para cumprir uma determinada  
406 condicionante, e isso era muito corriqueiro, a nossa pauta era muito extensa em pedido de  
407 prorrogação de prazo de condicionante. E isso a gente entende, que eram coisas que a gente  
408 poderia resolver lá na SUPRAM e isso foi entendimento de todas as SUPRAM's, e ai por  
409 alinhamento junto com a SEMAD, a diretoria técnica e normativa da SEMAD, ficou ajustado  
410 que a gente colocaria isso em todos os pareceres para que quando houvesse pedido de  
411 prorrogação de determinada condicionante que não alterasse o mérito do que foi julgado aqui,  
412 nós faríamos isso na SUPRAM, mas isso com toda a equipe, isso não quer dizer que as vezes  
413 vai ser so aquelas pessoas que assinaram o parecer não, isso é contribuição de todo mundo. É  
414 analisado esse pedido, se foi feito tempestivamente se não foi se é possível ser prorrogado ou



não, a partir disso a gente responde mediante ofício com assinatura de todas as pessoas que analisaram esse pedido ao empreendedor, e isso vai ficar todo histórico dentro do processo administrativo. Então isso aqui é uma maneira da gente não sobrecarregar a pauta de julgamento com pedidos de prorrogação que a gente entende que são coisas que pode ir na SUPRAM resolver, mas o que vai alterar a redação da condicionante, mudar a condicionante isso tem que vir aqui para que vocês apreciem isso. Certo? VANDA (AMEDI) – Poderia colocar apenas assim, que essa alteração teria assinatura do responsável técnico? Todos têm né? Todos tem, então é isso. SILVIA (PRESIDENTE) – Então neste momento colocaremos o processo em votação. Os senhores conselheiros que concordarem com parecer único da SUPRAM do item 5.1 permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. Processo aprovado. VANDA (AMEDI) – Sra. Presidente eu mantenho meu voto do parecer tá? O voto do parecer era para retirada porque eu enviei o ofício a COPASA e a COPASA não me respondeu a tempo, então eu gostaria até de perguntar se existe esse hábito da SUPRAM de fazer esse tipo de diligência, porque eu acho que são diligências simples e que traz esclarecimento para o conselho. É a contribuição que eu trago. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, nós recebemos a sua contribuição, o processo encontra-se aprovado com voto baixado em diligência pela conselheira seria pelo indeferimento, voto contra. Neste momento entraremos em discussão no item **6.1 Produtos Tarumã Ltda. - Preparação do Leite e fabricação de produtos de laticínio - Uberlândia/MG - PA/Nº 00082/1987/002/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. RETORNO DE VISTA pelos Conselheiros Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG e Vanda Davi Fernandes de Oliveira representante da AMEDI.** Passamos a palavra a conselheira Vanda, lembrando que nós temos 30 (trinta) minutos para discussão do processo. VANDA (AMEDI) – Sra. Presidente eu vou proceder da mesma forma, como eu já enviei o parecer e todos tiveram acesso essa já é minha contribuição por enquanto. THIAGO (FIEMG) – Como anteriormente já falado aqui, eu também disponibilizei o parecer para todos e eu vou acompanhar o nosso parecer único da equipe técnica da SUPRAM e novamente gostaria de falar que as informações trazidas em tempo pela SUPRAM são mais esclarecedoras o que me deixa mais confiante para acompanhar o parecer. Obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então vamos ouvir a equipe técnica para apresentação. CAMILA (SUPRAM) – Da mesma forma nós elaboramos uma resposta por escrito está na mesa de você para vocês acompanharem e eu vou estar lendo aqui. *“Com base no retorno de vistas apresentado pela conselheira Vanda Davi Fernandes de Oliveira, representante da AMEDI, a equipe técnica e jurídica da SUPRAM TMAP vem responder aos questionamentos levantados no mesmo. - Com referência ao prazo de vencimento da licença de operação anterior esclarecemos que, há um procedimento interno da SUPRAM TMAP onde emitimos um recibo provisório para o empreendedor e conferimos a documentação entregue, para depois gerarmos o recibo definitivo e cadastrarmos no sistema SIAM a operação. Este procedimento foi tomado visando agilizar a análise do processo e certificar que todos os documentos necessários para tal análise encontram-se protocolizados. Assim, confirmamos que o processo foi formalizado junto a SUPRAM dentro do prazo previsto em legislação vigente, conforme descrito no Parecer Único, página 2: “O presente processo foi entregue nesta Superintendência no dia 04/05/2011 mediante recibo provisório e formalizado dia 01/06/2011, conforme recibo de entrega de documentos (documento dos autos fl. 006, nº389416/2011).” - Com referência ao pedido de relato do histórico do processo, com solicitação de informações complementares; retificações das mesmas; como foram cumpridas as condicionantes, etc. vimos informar que não é*



procedimento administrativo obrigatório a constatação destas no parecer único. E que a supram tem uma equipe jurídica que analisa os atos administrativos de tramite e análise do processo, para cumprimento de prazos. No entanto podemos acatar **uma sugestão** da conselheira e colocar nos próximos pareceres um breve historio sobre o tramite do processo. Lembramos ainda que no processo físico a representante da AMEDI teve a oportunidade de verificar prazos e protocolos dos solicitados acima. **Com referência** ao certificado de consumidor de lenhas expedido pelo IEF, verificamos no sistema do SECAR e verificamos que a taxa anual de renovação foi paga no prazo correto, porém a empresa não protocolou um relatório anual exigido pelo IEF informando o consumo de lenha do ano anterior, por este motivo o novo certificado não foi expedido. Orientamos o empreendedor a apresentar tal relatório para o IEF - SECAR onde será automaticamente gerada uma autuação, conforme informado pelo atendimento SECAR. Sugerimos assim, o acréscimo de uma condicionante no parecer único da SUPRAM TMAP, dando o prazo para apresentação o novo certificado de consumidor de lenha dentro do prazo de 30 dias. - **Com referência** ao processo anterior de Licença de Operação acompanhar o processo em análise é uma questão de procedimento administrativo adotado pelo órgão, lembrando que o parecer único elaborado é relacionado ao processo de Revalidação de Licença. Ressaltamos ainda que o processo anterior é de livre **acesso ao publico** e a conselheira da AMEDI poderia ter solicitado este junto a SUPRAM para vistá-lo. - **Com referência a Anotação de Responsabilidade Técnica:** O profissional que assina como responsável pela elaboração dos projetos de engenharia da ETE no empreendimento é o Sr. Ricardo José Alves Ferreira, engenheiro químico, CREA 2301171. Quanto ao questionamento sobre o embasamento da responsabilidade técnica em cima de uma ART, informamos que este sempre foi o procedimento adotado pela SUPRAM e que a questão de competência ou não do profissional que assina fica sob responsabilidade do Conselho de Classe do profissional, nesse caso o CREA. **Não compete a SUPRAM o questionamento de capacidade profissional de quem assina a ART.** - **Com referência** aos resultados das análises dos efluentes líquidos, vimos esclarecer que uma vez que o empreendimento está ligado a rede publica de coleta de efluente industrial, não cabe a SUPRAM realizar a autuação, pois o efluente ainda passará por um segundo tratamento pelo DMAE, o qual é co-responsável pelo efluente, uma vez que admitiu a coleta e esta o faz. A empresa apresentou a SUPRAM no dia 09/08/2012 um novo contrato firmado com o PREMEND onde o mesmo admite receber e tratar o efluente não doméstico da empresa. Sobre o suposto contato com o DMAE sugerido pela conselheira, o mesmo poderia ter sido feita pela própria, uma vez que se disponibilizou a fazer nova análise do processo no ato do pedido de vistas. Sobre os questionamentos finais feitos pela representante da AMEDI relacionados ao DMAE esclarecemos que o Departamento Municipal de Água e Esgoto realiza as análises e embasado nos resultados destas análises determina o valor cobrado da empresa estipulado no contrato do PREMEND, logo, concluímos que o DMAE comporta sim esse tipo de lançamento, caso contrário o mesmo, logicamente, negaria assumir este compromisso. Durante o período de lançamento do efluente na rede do DMAE a SUPRAM não assumirá nenhum compromisso, uma vez que zelamos pela preservação do meio ambiente, o interessante para o estado é que este efluente chegue no curso d'água (ponto de lançamento) dentro dos padrões estabelecidos pela legislação, logo, o DMAE – o qual faz este lançamento, é que será cobrado. Mais uma vez esclarecemos que a SUPRAM não possui responsabilidade técnica sobre os projetos dos sistemas de controles apresentados, onde o responsável por este elaborou, planejou e emitiu uma ART – **Anotação de Responsabilidade**





507 *Técnica por este serviço. **CONCLUSÃO:** A equipe técnica e jurídica da SUPRAM TMAP*  
508 *sugere a manutenção de seu Parecer Único, com o acréscimo da condicionante abaixo:*  
509 ***Apresentar novo certificado de consumidor de produtos e subprodutos da flora emitida pelo***  
510 ***IEF. Prazo 30 dias.** Assim, sugerimos o deferimento da Revalidação de Licença de Operação*  
511 *para o empreendimento Produtos Tarumã Ltda. Viemos ainda ressaltar que a maioria dos*  
512 *questionamentos levantados no retorno de vistas da conselheira da AMEDI poderiam ter sido*  
513 *sanados no desenvolver da reunião anterior, mesmo porque a prezada conselheira não*  
514 *realizou vistoria no local. Lembramos ainda que a equipe da SUPRAM TMAP está e sempre*  
515 *esteve aberta a todos os **questionamentos técnicos** desse respeitoso conselho". SILVIA*  
516 *(PRESIDENTE) – Obrigada Camila, srs. Conselheiros, tem algum questionamento sobre o*  
517 *parecer da AMEDI e o parecer da SUPRAM? Gostariam de algum esclarecimento? Algum*  
518 *questionamento conselheira Vanda? VANDA (AMEDI) – Não é que eu gostaria de falar*  
519 *agora após a fala da SUPRAM. Eu officie também o DMAE que infelizmente não respondeu a*  
520 *tempo, e para mi essa questão não está clara e por isso eu vou manter meu voto como está no*  
521 *parecer. Eu pedi ao DMAE uma copia das análises efetuadas pelo próprio DMAE nos últimos*  
522 *dois anos, desses efluentes lançados na rede pela Tarumã, que eu acho que deveria ser feito*  
523 *esse tipo de diligencia. Porque se é feito esse tipo de diligência antes da elaboração do*  
524 *parecer, e no parecer trás esses esclarecimentos, eu enquanto conselheira me sinto mais segura*  
525 *com relação a isso. Por exemplo, tem uma questão que eu falo aqui no parecer, que no parecer*  
526 *da SUPRAM está escrito condicionante cumprida, fala condicionante cumprida mais não trás*  
527 *a forma em que foi cumprida para trazer segurança , ou seja, vem a opinião só da SUPRAM e*  
528 *eu fico sem a possibilidade de opinar, ou eu assino em baixo do que a SUPRAM está dizendo*  
529 *para mim, ou eu não tenho detalhes para eu pensar, eu fico sem jeito de pensar, eu preciso*  
530 *pensar nas informações que estão sendo trazidas no parecer, por isso eu preciso delas dentro*  
531 *do parecer. Eu não tenho tempo de toda vez que eu tiver tantas duvidas correr na SUPRAM,*  
532 *eu sei e agradeço e peço até desculpas as vezes da forma de dizer, vocês estão sempre*  
533 *abertos, sempre atentos, mais para mim facilita o trabalho e eu não tenho muito tempo de ficar*  
534 *me dedicando tanto, se no parecer trás as informações necessárias para que eu possa formar o*  
535 *meu convencimento e não, simplesmente assinar em baixo no convencimento da SUPRAM,*  
536 *porque se não, não precisava de ter um conselho. Peço desculpas. Obrigada. CAMILA*  
537 *(SUPRAM) – Conselheira Vanda, conforme você sugeriu na reunião passada, no quesito*  
538 *dessa condicionante você fez a sugestão de colocar mais detalhado o cumprimento, a*  
539 *SUPRAM concordou e nos próximos pareceres nós vamos detalhar sobre o cumprimento da*  
540 *condicionante. SILVIA (PRESIDENTE) – Obrigada Camila, lembrando também senhores*  
541 *conselheiros que sempre que informarem sobre uma condicionante, a equipe cita novamente a*  
542 *condicionante, então o empreendedor quando tem a informação que foi cumprida é porque ele*  
543 *atendeu estritamente o que foi solicitado e decidido por vocês. Se ele não tivesse atendido ou*  
544 *atendido parcialmente iria vir a informação: atendido parcialmente porque tais requisitos não*  
545 *foram atendidos. Então sempre vem a informação da condicionante no corpo do parecer.*  
546 *RAQUEL (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA) – Vanda, apesar de não ser do DMAE eu vou*  
547 *tentar esclarecer como funciona um pouco o processo do PREMEND. O PREMEND é o*  
548 *seguinte, a industria, porque o DMAE trata esgoto domestico, para que a industria possa*  
549 *lançar na rede do DMAE e ser tratada na ETE, ela tem que fazer o tratamento prévio para*  
550 *atingir uma mínima semelhante ao esgoto domestico para que o DMAE possa receber. Então*  
551 *o PREMEND é um sistema que é liberado e existe um monitoramento. Então pode ocorrer*  
552 *inclusive que em algum momento essa empresa desajuste, desequilibre e tenha uma alteração*



553 nesse processo, mas esse monitoramento é feito e o DMAE toma as providências necessárias.  
 554 Então quando o DMAE autoriza você pode ter essa tranquilidade que isso é uma coisa que  
 555 para nós é importante porque se não o município é quem vai responder pela ETE como ele  
 556 responde, a ETE tem licenciamento e a gente também presta conta para o Estado em relação  
 557 ao funcionamento dela. Então em relação a isso você pode ficar tranquila que esse  
 558 monitoramento é feito e esse acompanhamento é feito. VANDA (AMEDI) – Obrigada pelas  
 559 informações, eu acho que isso que é construção né? A minha preocupação é, porque quando  
 560 você elabora o parecer você está com processo na mão você coloca tudo em uma ordem,  
 561 quando chega aqui o momento é difícil as vezes você não fica atendo. Mais eu coloquei no  
 562 parecer que as folhas 530 consta: “ Conforme a análise apresentada foi constatado que a  
 563 deficiência no tratamento assim como na operação da estação de tratamento apresentando  
 564 altos índices de DO e QO no efluente final”. Ai tem falando que “ em dezoito de janeiro de  
 565 2006 a empresa pediu autorização para apresentação de um novo projeto, sendo apresentando  
 566 em 12\04\2006, liberado por essa FEAM em 16\05\2006, porem a empresa alega que ao  
 567 iniciar viabilização do projeto da ETE, identificou falhas que necessitava de detalhamento  
 568 profissional e não podendo mais contar com serviço do consultor Sr. Ricardo Lima contratou  
 569 a empresa Sanatech Ltda que identificou falhas e necessidade de um novo projeto. Eu trago  
 570 aqui minhas preocupações mais estão ai no parecer. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, mais  
 571 algum questionamento senhores conselheiros? Então podemos colocar o processo em  
 572 votação? Então em votação o item 6.1 , os senhores conselheiros que concordarem com  
 573 parecer da SUPRAM permaneçam como estão ou manifeste voto contrario. Processo  
 574 aprovado, com voto contra da Vanda (AMEDI). Passamos neste momento ao item 6.2  
 575 Frigorífico Delta Ltda, com destaque para Vanda (AMEDI) e Nathalia (OPA). Então peço as  
 576 conselheiras que manifestem todos seus questionamentos para que a equipe poça responder de  
 577 uma única vez. NATHALIA (OPA) – Em análise a esse processo, a gente comparou com  
 578 alguns outros já analisados pela equipe da SUPRAM e a gente gostaria de adicionar algumas  
 579 coisas com relação ao automonitoramento e verificar se não estamos propondo alguma coisa  
 580 que já está no parecer. Primeiro solicitar que além do material particulado concentração do  
 581 nível de oxido, aquele NOX para o funcionamento de caldeiras. ANDERSON (SUPRAM) –  
 582 Como é movido a lenha não tem necessidade desse parâmetro. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM)  
 583 – Bom dia a todos, conselheira Nathalia, em relação ao NOX é o seguinte, a resolução  
 584 CONAMA 392\2005 de emissão atmosférica, fala que as fontes instaladas as caldeiras, que  
 585 são os equipamentos instalados a partir dessa publicação, constará dessa resolução. Esse  
 586 equipamento, foi instalado antes de 2005 por isso que obedece o material particulado que na  
 587 DN 0190 do COPAM perde só material particulado, então isso a gente segue a legislação.  
 588 Agora CO 436 que é para instalados após, nesse caso é somente para fazer análise e enviar ao  
 589 Ministério do Meio Ambiente e a partir de cinco anos após que deverá a empresa, porque são  
 590 projetos de equipamentos que deverão passar por projetos da engenharia para adequação ou  
 591 no caso até substituição desses equipamentos se não contemplaram a legislação CONAMA e  
 592 a COPAM se no caso for revogada posteriormente. NATHALIA (OPA) – Outra coisa que eu  
 593 queria verificar é o monitoramento da frota, se já tem eu não consegui verificar isso.  
 594 ANDERSON (SUPRAM) – O empreendimento não possui frota própria, ele terceiriza  
 595 serviços de abate então quem leva é o produtor rural que leva os animais, e quem retira é o  
 596 açougue que retira o produto. NATHALIA (OPA) – Outra coisa que eu queria questionar e  
 597 com relação ao lodo da ETE, se tem algum resíduo dessa ETE, como ele é disposto depois.  
 598 ANDERSON (SUPRAM) – O tratamento é somente em lagoas, o que vai ocorrer com o



tempo com certeza é a formação do fundo da lagoa, decantação, e vai realmente ser necessária a retirada desse produto, aí eu chamo a consultora para ela confirmar a destinação desse produto futuramente. RAFAELA (AMBIENTAL CONSULTING) – Ainda não tem uma destinação contratual ou algum termo, mais vai ser condicionada a destinação correta para uma empresa especializada. JOSE ROBERTO (SUPRAM) – Conselheira Nathalia, em questionamento ao lodo, o lodo como resíduo sólido constaria da planilha de resíduos sólidos também, que vê a classe do quanto é gerado, porque na limpeza quando ocorrer uma limpeza, ele deverá seguir um procedimento porque quando for fazer uma limpeza de uma lagoa ou retirada no caso, deverá ter um procedimento porque não pode separar a ETE no caso para a indústria. Então, pode ser colocado sim um projeto como condicionante para fortalecer esse questionamento da conselheira. NATHALIA (OPA) – Acredito que colocar a condicionante com esse projeto eu acho que deixaria mais seguro. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Nathalia, você vai sugerir a condicionante? VANDA (AMEDI) – Na verdade como já foi colocado pela presidente na mesa, é sobre como foram cumpridas as condicionantes, mais detalhamento, então como isso já foi contemplado não tem muito o que dizer. Considerando que o processo produtivo, a gente acompanha desde o início das coisas até o final mesmo, eu só queria saber se seria possível a gente todo o processo, inclusive para onde é vendido o lodo, assim a clareza de todo esse processo do começo até o final. Somente isso. ANDERSON (SUPRAM) – Conselheira Vanda vai ser lido pela Silvia a condicionante, e eu acho que a condicionante vai atender isso que a senhora solicita. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, mais algum questionamento? Então colocaremos nesse momento em votação o parecer único da SUPRAM, referente ao item 6.2 – Frigorífico Delta Ltda, os senhores conselheiros que concordarem com parecer permaneça como estão ou manifestem voto contrário. Aprovado. A gente inclui a condicionante dentro do parecer. A condicionante ficou o seguinte, condicionante 5: “Apresentar um plano de manejo para o lodo da ETE. Prazo 90 dias”. Processo aprovado com a inclusão da condicionante. Item 7.1 Petra Energia S.A – Destaque para conselheira Vanda (AMEDI). VANDA (AMEDI) – Senhora presidente eu peço licença para dizer dos dois pareceres 7.1 e 7.2, porque eu queria ter apenas mais esclarecimentos da equipe técnica, porque quais foram os indícios para fazerem essa intervenção? Questão geológica? Isso me traria um conforto. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, esse item está sendo recorrente em todos os processos da Petra, na última reunião o representante da Petra explicou isso para o conselho. A senhora ainda tem dúvida? VANDA (AMEDI) – Sim, o que ele explicou foi outra coisa, talvez eu não tenha me colocado de forma correta. SILVIA (PRESIDENTE) – Ele explicou sobre a questão geológica, localização, onde seria a prospecção porque daquelas localizações, ele explicou, mais novamente vamos lá. VANDA (AMEDI) – Talvez seja isso que... Talvez um pequeno parágrafo em cada processo, porque cada processo é único, então talvez um parágrafo para que pudesse justificar, vamos dizer assim, a intervenção. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então vamos passar a palavra ao empreendedor, por gentileza. GERSON (DIRETOR DE MEIO AMBIENTE DA PETRA ENERGIA) Bom dia presidente, bom dia conselheiros é um prazer estar aqui para esclarecer essas dúvidas. Esse trabalho, é um trabalho que na realidade se iniciou a mais de cinco anos atrás, o trabalho de prospecção de gás e óleo é um trabalho de longo prazo, é um trabalho que inicia-se com imageamentos magnéticos, gravimétricos, enfim uma série de pesquisas prévias ainda com dados indiretos, estudos geológicos e tudo mais. Passado essa etapa, passa a detalhar a sísmica, fazer um detalhamento sísmico, ou seja, para entender qual é a estrutura que está abaixo de nossos pés. Esse trabalho de levantamento





645 sísmico, a Petra já tem hoje no estado de Minas Gerais, 20 mil kilometros percorridos com  
 646 linhas sísmicas mapeadas. Eu não sou sismologo, não tenho conhecimento específico para lhe  
 647 dizer, mais eu posso de forma didática tentar explicar. As formações geológicas abaixo da  
 648 terra, vão dar evidencia com esses levantamentos sísmicos e com esses levantamentos  
 649 pretéritos, das formações, das deformações e dos pontos onde possivelmente pode haver  
 650 cumulação de hidrocarbonetos. E com esse estudo, para você ter uma ideia, nós temos uma  
 651 equipe com mais de 50 geólogos especializados em engenharia de petróleo, mais de 30  
 652 próprios sismólogos que trabalham na análise desse perfil sísmico, no processamento dessa  
 653 informação, e a determinação do ponto é aquilo que falei, levamos cinco anos para chegar a  
 654 definição de um ponto específico. Esse ponto específico, obviamente, pela análise da  
 655 sismologia dos geólogos é um ponto que apresenta características mitológicas e estruturais  
 656 que favorecem a possível acumulação de gás, nesse caso aqui em Minas, gás não mais  
 657 petróleo, porque são formações geológicas muito antigas. Quando nós recebemos a locação,  
 658 para você ter uma ideia, nós normalmente recebemos da geologia um raio, em alguns casos de  
 659 500 metros, em alguns casos de 1 quilômetro e em alguns casos de um pouquinho mais, mas  
 660 nunca excede 2 kilometros de distancia do ponto previamente definido. Quando nós  
 661 recebemos essa informação ai nós vamos para o campo para justamente identificar quais são  
 662 as propriedades, qual é a condição da documentação, se estão regularizadas se não estão,  
 663 enfim se é possível fazer essa regularização ou se tem um problema muito grave. Fugimos de  
 664 todas as áreas florestadas temos evitado no máximo possível retirar uma arvore se quer, a  
 665 alocação é uma alocação de 100 por 100 metros, de 1 hectar, então nós fugimos também disso  
 666 na medida do possível. Fazemos tudo que o impacto seja o menor possível, dentro dessas  
 667 condições e ai enfim situamos o ponto para que seja feito ainda a pesquisa geológica. É muito  
 668 importante dizer o seguinte, que esses cinco anos todos, só vão se confirmar com a perfuração  
 669 do poço, só o poço que vai dar informação precisa para gente, e nesse momento estamos  
 670 fazendo um grande campanha exploratória é fundamental que possamos correlacionar esses  
 671 poços para entender melhor a geologia. Então na medida em que a gente fura aqui em  
 672 condições similares em outras regiões. Nós hoje estamos conhecendo muito mais de uma  
 673 região mais ainda temos muito a conhecer, por isso a necessidade de perfurar tantos poços em  
 674 locais distintos. Espero ter esclarecido. SILVIA (PRESIDENTE) – Esclarecido conselheira?  
 675 VANDA (AMEDI) – Satisfeita, e dizer que um pequeno resumo em cada processo  
 676 considerando que cada processo é único, eu agradeceria, eu ficaria tranquila. NATHALIA  
 677 (OPA) – Eu não me lembro se veio no processo, mais se não veio seria como uma  
 678 recomendação os diâmetros dos poços e a profundidade da perfuração. ANDERSON  
 679 (SUPRAM) – A profundidade consta no item 2.2 página 4, a previsão de profundidade do  
 680 poço é de 4 mil metros e o diâmetro e variável de poço para poço. SILVIA (PRESIDENTE) –  
 681 Ok, conselheira Nathalia? Então colocaremos em votação o item 7.1, os senhores conselheiros  
 682 que concordarem com parecer da SUPRAM permaneçam como estão ou manifeste voto  
 683 contrario. Processo aprovado. O item 7.2 também era destaque da conselheira Vanda, como a  
 684 Vanda já fez os dois destaques ao mesmo tempo, a gente abriu para a SUPRAM. Item 7.2 -  
 685 Petra Energia S.A - Anderson, destaque da SUPRAM no item 7.2. ANDERSON (SUPRAM)  
 686 – O destaque é para fazer uma correção no item da reserva legal, que ai está constando que é  
 687 formada por cerrado e campo cerrado em bom estado, em todo regeneração e acrescentar  
 688 também que tem uma área de pastagem na área de reserva legal para qual foi apresentado um  
 689 PTRF e em consequência disso, acrescentar uma condicionante para o PTRF e monitoramento  
 690 anual dessa área. SILVIA (PRESIDENTE) – Qual a redação dessa condicionante Anderson?



691 ANDERSON (SUPRAM) – “Comprovar através de relatório técnico fotográfico, a execução  
692 do PTRF para área de pastagem que se encontra nos limites da reserva legal”. SILVIA  
693 (PRESIDENTE) - Prazo? ANDERSON (SUPRAM) – Pode colocar para maio, junho, dez  
694 meses, após o período chuvoso. SILVIA (PRESIDENTE) – Então colocaremos em votação  
695 neste momento o item 7.2, com a inclusão de mais uma condicionante, seria a condicionante  
696 seis, redação falada pelo Anderson. Os senhores conselheiros que concordarem com parecer  
697 permaneçam como estão ou manifeste voto contrario. Aprovado. Em discussão o item 7.3  
698 Sérgio Pazini/Fazenda Furnas-Quebra Canela - destaque para SUPRAM. ANDERSON  
699 (SUPRAM) – O destaque da equipe é para retirada da condicionante 4 (quatro), do anexo 1  
700 (um), “apresentar plano de manejo com RT do profissional técnico habilitado, para aplicação  
701 da cama de frango como adubo orgânico nas propriedades que irão recebê-la. A retirada da  
702 condicionante se dá pela fase que se encontra o empreendimento que é L.P mais L.I. Essa  
703 condicionante será colocada na L.O por que tem longo prazo e ele não sabe hoje o momento  
704 onde ele vai destinar essa cama de frango que vai ser gerado 322 dias após o início da  
705 operação. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, destaque para a conselheira Nathalia (OPA).  
706 NATHALIA (OPA) – É só para... tem no automonitoramento o monitoramento de resíduos  
707 sólidos, é só adotar a planilha da SUPRAM, só isso, igual foi solicitado no item 7.4. Tem  
708 pedindo esse monitoramento, mas é só para adotar a planilha no modelo da SUPRAM.  
709 SILVIA (PRESIDENTE) – Destaque conselheira Vanda (AMEDI). VANDA (AMEDI) – Eu  
710 queria saber em qual ponto da Bacia do Araguari está o empreendimento, porque fala que é na  
711 Bacia do Araguari, mas não dá a localização, no parecer não vem. Eu queria sugerir uma  
712 condicionante, para apresentar a RT dos representantes para instalação, porque eu acho, não  
713 sei se seria o momento adequado mas acredito que completaria mais o processo. ANDERSON  
714 (SUPRAM) – A gente tem a descrição do parecer da localização do empreendimento, fica nas  
715 margens da rodovia 365, a gente tem as coordenadas geográficas, a gente pode jogar no  
716 Google Earth e ver a localização certa, mas não tem como melhor escrever o local que assim,  
717 não tem como escrever melhor. VANDA (AMEDI) – Pode ter passado batido na hora da  
718 análise, sei que eu não consegui. Peço desculpas se eu tiver tido todas as oportunidades de  
719 pesquisar e chegar a localização, mais aí me preocupa, nesse caso eu não lembro, é o 7.3? Só  
720 mesmo por questão de contaminação eu gostaria de saber certinho, da próxima vez eu ficarei  
721 atenta para pegar essas coordenadas. Obrigada. SILVIA (PRESIDENTE) – Com relação a  
722 condicionante Anderson, que a conselheira sugeriu há necessidade? Eu gostaria da posição da  
723 SUPRAM, porque as informações que estão na L.P e na L.I, consta a RT no PCARCA.  
724 ANDERSON (SUPRAM) – Quanto a questão da RT por praticamente não ter nenhuma  
725 medida de controle ambiental, seria a RT das construções dos galpões que a senhora estaria  
726 querendo? A instalação é só os galpões. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira, mas já tem o  
727 responsável pela elaboração dos estudos, que atesta pelos galpões, pelo sistema de controle. O  
728 quê que seria essa outra condicionante? ANDERSON (SUPRAM) - A RT da engenharia civil  
729 que vai construir os galpões? VANDA (AMEDI) – O esclarecimento veio aqui do lado, que  
730 os galpões vêm com RT do fabricante tá? Então são informações pequenas porque eu não  
731 entendo dessa parte, são coisas tão mínimas mais que eu acho importante vir no parecer, a  
732 gente fica tranquila. Obrigada. SILVIA (PRESIDENTE) – Então vamos colocar em votação o  
733 item 7.3, com a retirada da condicionante 4 (quatro), do anexo 1 (um), e com a inclusão da  
734 sugestão da Nathalia, para adotar a planilha modelo SUPRAM. Os senhores conselheiros que  
735 concordarem com parecer permaneçam como estão ou manifestem voto contrario. Processo  
736 aprovado. Em discussão item 7.4 Gecimar Fernandes da Cunha - Avicultura de corte e



737 reprodução e bovinocultura de corte – destaque conselheira Nathalia. NATHALIA (OPA) –  
 738 Com relação ao questionamento da voçoroca, que fala que tem uma área de cerrado  
 739 remanescente, voçoroca de quase 0,9 hectares. AMILTON (SUPRAM) – Conselheira essa  
 740 voçoroca está estabilizada, essa voçoroca o fundo dela e as margens dela, o perímetro dela  
 741 não é muito profundo e ela já se encontra com vegetação, com diâmetro em torno do peito,  
 742 com 10 a 15 cm nos fundos e nas bordas dela. Ela está integrada próxima a área de reserva  
 743 averbada, então o que nós estamos pedindo para ele ao longo do parecer? Que ele crie cerca  
 744 de arame para evitar que os animais possam ter acesso a essa área e nós acreditamos que se  
 745 não tiver nenhuma interferência humana lá, ela não vai progredir. Mas ele tem que tomar  
 746 esses cuidados, tem que isolar isso e não deixar que animais possam ter acesso possa chegar  
 747 lá. É uma voçoroca antiga mais pelo que a gente viu, ele conseguiu estabilizar ela.  
 748 NATHALIA (OPA) – É importante levanta isso na questão de voçoroca porque têm alguns  
 749 estados, igual eu acho que Mato Grosso do Sul, que isso já vem pedido essa informação no  
 750 processo de formalização de licenciamento, porque isso causa muito dano ambiental e muito  
 751 mais prejuízos econômicos. Então eu gostaria de solicitar uma condicionante no  
 752 automonitoramento, porque no item 9.1 há uma condicionante de monitorar os processos  
 753 erosivos. Então colocar no automonitoramento o monitoramento dos processos erosivos  
 754 mesmo que esteja estabilizado com vegetação há na bibliografia especializada em  
 755 geomorfologia que essa voçoroca pode continuar a avançar, e se detectado o avanço dessa  
 756 voçoroca deverão ter tomadas medidas de contenção e ou recuperação. AMILTON  
 757 (SUPRAM) – O conselheira, eu acho que o item está um pouco confuso aqui. Existe uma  
 758 condicionante igual no item 9.1. Olha está no quadro ai de uso e ocupação do solo, cerrado  
 759 remanescente dentro de uma voçoroca, que é esse 0,8 hectares. Eu concordo com a solicitação  
 760 que você faz, e peço que assim seja incluído no parecer e seja apreciado por todos vocês.  
 761 SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Nathalia, então seria uma alteração do anexo 2 do  
 762 automonitoramento? NATHALIA (OPA) – Isso. SILVIA (PRESIDENTE) – Então ficaria o  
 763 seguinte texto: “Monitorar toda propriedade quanto ao início de processos erosivos os quais  
 764 se detectados deverão ter suas devidas de contenção ou e recuperação”. NATHALIA (OPA) –  
 765 Na verdade é um pouco alterada porque já tem o processo erosivo, já foi detectado, então  
 766 “monitorar toda propriedade com os processos erosivos existentes, os quais se detectados um  
 767 aumento, um avanço desses processos erosivos, deverão ser tomadas medidas de contenção e  
 768 ou recuperação”, porque já foi constatado processo erosivo. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok,  
 769 mais algum questionamento senhores conselheiros? ELAINE (FAEMG) – Eu queria tirar uma  
 770 dúvida com os técnicos, com relação à compensação de intervenção em área de preservação  
 771 permanente. Eu observei que nos outros empreendimentos rurais, a medida compensatória era  
 772 restabelecida mediante o plantio do dobro da área que foi explorada, e nesse aqui foi uma área  
 773 explorada de 8 m<sup>2</sup>, e a medida compensatória seria o replantio em 600 m<sup>2</sup>. Eu gostaria de  
 774 entender o porque da diferença. AMILTON (SUPRAM) – O conselheira, 8 m<sup>2</sup> se a senhora  
 775 plantar duas mudas no espaçamento de 4 por 4 da duas plantas né? É muito pouco eu acho, ou  
 776 vamos supor um espaçamento de 4 por 4 que permite uma mecanização, uma limpeza da área,  
 777 começar a restabelecer alguns processos ecológicos, daria duas plantas. Agora eu acho que  
 778 trinta e oito mudas dariam para ele plantar próximo ao ponto que ele faz a captação da água, e  
 779 ele cerca isso. Pelo mapa que ele apresentou eu entendi que essas trinta e oito plantas são  
 780 suficientes para dar uma maior proteção, próximo ao ponto aonde ele vai fazer a captação de  
 781 água. Ele faça o cercamento disso para evitar a influencia de animais, eu acho também que  
 782 plantar trinta e oito mudas para um agricultor, ele pode pegar essas mudas no viveiro do IEF,





783 não é problema algum para ele. A gente fica aqui, uma muda, duas mudas, eu acho que não há  
784 prejuízo para ele não, é bem tranquilo para ele fazer isso e acho que ele consegue até essas  
785 doações. ELAINE (FAEMG) – Minha dúvida foi basicamente isso, foi baseada em critérios  
786 técnicos de importância ambiental que vocês fixaram isso? AMILTON (SUPRAM) – Sim,  
787 foi. ELAINE (FAEMG) – Está bom. SILVIA (PRESIDENTE) – Passamos a palavra a  
788 conselheira Vanda (AMEDI). VANDA (AMEDI) – Bom, é o item 7.4? SILVIA  
789 (PRESIDENTE) – Sim conselheira, é o item 7.4. VANDA (AMEDI) – Eu peço licença para  
790 falar do 7.4 e 7.5 para agilizar, porque é a mesma questão. A preocupação com a localização,  
791 e aí já foi esclarecido pela equipe da SUPRAM, porque eles trazem os dados e a gente entra  
792 no Google para saber onde está a localização. Mais eu ainda continuo insistindo a pedir, para  
793 constar no parecer, vou dizer da minha preocupação porque aí vê como atende melhor, se está  
794 próximo a um local de abastecimento. Então se vem um parágrafo dizendo da localização e  
795 que não seja preciso a gente procurar com as coordenadas, e dizer que ali fica próximo, ou  
796 fica a uma distância tal de um abastecimento público, quais seriam os riscos para poder dar  
797 essa tranquilidade. É só isso a título de sugestão, porque o restante já foi esclarecido e eu  
798 estou tranquila. Com relação aquela preocupação com a RT tem um detalhe que eu lembrei,  
799 gostaria de narrar, é que eu tenho um vizinho, um trabalhador de 19 anos que estava  
800 trabalhando pela Sadia, e ele foi fazer um serviço pela manhã e o galpão desabou em cima e  
801 matou o rapaz. O rapaz casado recentemente deixou uma esposa grávida, são vizinhos nossos  
802 em Estrela do Sul. Então, por isso na hora de ler o parecer me veio essa ideia porque na hora  
803 de cobrar os prejuízos quem estava assinando por aquele galpão? Então para deixar que isso é  
804 uma coisa importante que as vezes a gente acha que é pequena mais pode levar uma vida.  
805 SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, conselheira tem mais algum questionamento em relação ao  
806 item 7.4 e 7.5 já que a senhora fez os dois destaques? Vanda, tem algum item do 7.5 que  
807 possui mais algum questionamento? VANDA (AMEDI) – Não. SILVIA (PRESIDENTE) –  
808 Senhores conselheiros existe mais algum questionamento? Existe algum questionamento em  
809 relação ao item 7.5, porque a gente votaria os dois ao mesmo tempo já que os dois destaques  
810 eram da conselheira Vanda. Então colocaremos em votação nesse momento o item 7.4 e 7.5.  
811 Os senhores conselheiros que concordarem com parecer como está, com a inclusão no 7.4 do  
812 monitoramento da condicionante de processos erosivos permaneça como está ou manifeste  
813 voto contrário. Processos aprovados 7.4 e 7.5. Neste momento entramos em discussão no item  
814 9.1 Agostinho Mansano Peres, com destaque para conselheira Nathalia (OPA). NATHALIA  
815 (OPA) - Solicitar o monitoramento de resíduos sólidos de acordo com a planilha modelo da  
816 SUPRAM. SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum questionamento conselheira Nathalia?  
817 Não, então passamos a palavra para conselheira Vanda (AMEDI). VANDA (AMEDI) – Esse  
818 item 9.1 foi o que mais me deixou em dúvidas, com relação ao volume que consta 5.625 m<sup>2</sup>,  
819 retenção de 120 dias. Eu não sei qual explicação está no parecer, eu não consegui entender,  
820 talvez rapidinho o técnico possa sanar essa dúvida. Com relação a captação de água, e outro  
821 ponto que eu considere importante, que ele fala da área contígua que é onde está parte da  
822 reserva, e nessa área contígua porque aí trata de uma outra matrícula, não vem no parecer  
823 falando como é essa situação. Tem a outorga da barragem também, se ficar esclarecido para  
824 mim tudo ok. SILVIA (PRESIDENTE) – Equipe da SUPRAM, por favor. ANDERSON  
825 (SUPRAM) – Realmente faltou colocar o volume gerado diariamente, a gente fez a conta ali e  
826 deu que no período de 120 dias o empreendimento gera 4.200 m<sup>3</sup>, no período de 120 dias, e o  
827 tanque cilindro tem capacidade para 5.625, então ele consegue comportar mais de 120 dias o  
828 volume produzido que é o mínimo determinado para que haja a redução da DBO e DQO.



829 VANDA (AMEDI) – Eu queria deixar claro o seguinte, por exemplo, com relação ao couro  
830 eu fiz um estudo e descobri quanto de água gasta, e tudo e facilitou meu entendimento. Por  
831 exemplo, esse cálculo você fez ai agora, duas linhas da para escrever no parecer dizendo  
832 fazendo o calculo assim..., é como você ler um exame de laboratório, se no exame de  
833 laboratório vem parâmetro normal, qualquer leigo lê que está fora do normal, que está dentro.  
834 ANDERSON (SUPRAM) – Como eu falei, é de praxe a gente colocar esse volume gerado,  
835 foi uma falha que faltou no parecer realmente. SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum  
836 questionamento conselheira? Não. VANDA (AMEDI) – Você fala um pouquinho da captação  
837 de água, eu não notei bem então alguma dúvida me gerou sobre a captação de água e com  
838 relação a área contigua, onde está a parte da reserva, porque ela está em outra área, e essa  
839 outra área está tudo ok, que é uma outra matricula, isso foi verificado, so para ter mais  
840 clareza. ANDERSON (SUPRAM) – Com relação a captação de recurso hídrico, eu não  
841 entendi a pergunta da senhora, a senhora poderia ser mais clara no questionamento fazendo  
842 favor? VANDA (AMEDI) – Eu acho que a nossa duvida é a mesma, com relação a captação  
843 de água eu não entendi, parece que não ficou muito bem claro como que é essa captação de  
844 água e eu gostaria que você explicasse melhor para mim. ANDERSON (SUPRAM) – Item  
845 2.2 – “Para suprir a demanda hídrica, a granja conta com uma captação em surgência com  
846 análise técnica e pelo deferimento. A captação em surgência ou nascente. VANDA (AMEDI)  
847 – Captação em nascente? ANDERSON (SUPRAM) – Isso surgência é a mesma coisa que  
848 nascente. VANDA (AMEDI) – Mas como que vai ser feito? Que nascente é essa? Tem  
849 outorga? Eu não lembro direito qual foi minha duvida na hora, mas eu estou tentando ver se  
850 com a sua explicação eu consigo ver como é esse processo de captação de água dessa  
851 nascente. ANDERSON (SUPRAM) – Toda captação de recursos hídricos de todos os  
852 pareceres é feito dessa maneira, pode ser acrescentado de informação é que é por  
853 bombeamento. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, está satisfeita com a resposta  
854 da equipe? Ou teria uma nova pergunta? VANDA (AMEDI) – A outorga dessa captação está  
855 no parecer? Só para ver se essa tinha sido minha dúvida. ANDERSON (SUPRAM) – No  
856 parecer está escrito “com captação em surgência e análise técnica concluída pelo deferimento  
857 junto ao IGAM, aguardando publicação de portaria conforme processo 23\2012. SILVIA  
858 (PRESIDENTE) – Conselheira, é porque a publicação demora um pouco porque toda  
859 publicação é feita pelo IGAM em Belo Horizonte, então todas as SUPRAM’s encaminham o  
860 parecer finalizado e o IGAM faz a publicação. Mas ele não faz a publicação de um processo,  
861 ele espera ter um numero maior em questões de custo para fazer uma única publicação. Então  
862 o empreendedor já tem a outorga favorável, e está aguardando apenas a concessão da licença  
863 para que a outorga seja publicada como deferida, porque os prazos são casados, o mesmo  
864 prazo da licença e o prazo da outorga. VANDA (AMEDI) – O departamento jurídico  
865 verificou tudo isso? Está tudo ok? Eu queria só ouvir dela. SILVIA (PRESIDENTE) –  
866 Quando uma outorga vai para o deferimento, a uma análise técnica e jurídica conselheira  
867 Vanda, igual licenciamento. KAMILA (SUPRAM) – Conselheira Vanda, quando é  
868 formalizado um processo de outorga, em primeiro momento ele é tramitado pela equipe  
869 jurídica para fazer o controle processual desse processo. Bom então é isso, o processo de  
870 outorga quando formalizado é encaminhado para o jurídico, o jurídico faz o controle  
871 processual desse processo para verificar toda documentação desse processo, se está ok, se a  
872 propriedade é daquela pessoa, se tem que ter anuência, toda questão processual mesmo, para  
873 que haja legalidade no ato. Posteriormente é encaminhado para equipe técnica, a equipe  
874 técnica faz o parecer técnico levando em consideração a disponibilidade hídrica do local, e o



parecer ainda não pode ser publicado porque o prazo tem que ser casado com licenciamento de outorga. Então o parecer de outorga só pode ser publicado após a concessão da licença, ele fica aguardando, até porque se o parecer for indeferido, consequentemente a outorga tem que ser indeferida. Os prazos são juntos também, então tem que aguardar. O processo foi deferido é encaminhado para Belo Horizonte para que faça a publicação. Se a senhora tiver algum questionamento técnico de como foi feita a análise técnica, a Aila está aqui que é técnica, que analisa processo de outorga e ela pode te esclarecer. VANDA (AMEDI) - Eu quero frisar aqui, não discuto competência de nenhum profissional, é só mesmo questão dessa informação, aí eu aproveito para perguntar a Dra. Kamila sobre essa área contígua, que inclusive parte da reserva está nessa área contígua, se a situação dessa área foi conferida, se está tudo ok. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira, eu acho que isso é uma resposta técnica e eu gostaria que a equipe da SUPRAM técnica se manifestasse. ANDERSON (SUPRAM) – Você quer saber se está regularizado ou a condição vegetativa da reserva? VANDA (AMEDI) – É porque você olha pela matrícula se está tudo ok não é? ANDERSON (SUPRAM) - Sim, ela está em outra matrícula adjacente a essa matrícula licenciado do mesmo proprietário. VANDA (AMEDI) – Tá, e nessa matrícula porque eu fico pensando se eu coloco uma reserva legal em outra matrícula, essa matrícula dessa outra área ela tem também uma reserva legal. Essa reserva legal é só dela ou ela compartilha com a outra junta? É isso que eu quero conferir, na verdade essa foi a dúvida e eu quero conferir. KAMILA (SUPRAM) – Então eu vou explicar para a senhora. Conselheira, quando um processo de licenciamento é dado entrada na SUPRAM, por isso que ocorre às vezes essa diferença do prazo que a pessoa protocola esse processo na SUPRAM e até ir esse processo ser formalizado no SIAM e gerar o recibo definitivo. Que foi até o caso daquele processo de revalidação, por quê? Por que o processo assim que entra na SUPRAM ele é encaminhado para o setor jurídico para a gente fazer toda essa conferência, a gente olha matrícula por matrícula, propriedade por propriedade e verifica a questão dos 20% se está ok, se foi compensado em outra matrícula a gente quer a outra matrícula para saber se realmente está lá, a gente verifica isso tá? VANDA (AMEDI) – Sim, estou satisfeita. SILVIA (PRESIDENTE) – Então colocamos neste momento em votação o item 9.1, os senhores conselheiros que concordarem com parecer permaneça como estão ou manifeste voto contrário. Processo aprovado, com a inclusão da planilha modelo SUPRAM no automonitoramento. Item **9.2** Guará Agropecuária Ltda. – destaque Ministério Público, OPA e AMEDI. NATHALIA (OPA) – Novamente só a planilha do automonitoramento de resíduos sólidos modelo SUPRAM. AILA (SUPRAM) – Tudo bem. SILVIA (PRESIDENTE) – Destaque Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) - Observo que é um empreendimento classe cinco, então nós queríamos propor a condicionante da lei do snuc, com a redação padrão da SUPRAM TM\AP. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, destaque conselheira Vanda. VANDA (AMEDI) - Considerando esse empreendimento ser classe cinco, eu não vi o histórico no parecer então se já existiu uma licença antes? Porque normalmente, às vezes, o empreendimento tem uma licença, trabalha um tempo depois ele resolve entrar com um novo processo. Aí eu pergunto a SUPRAM faz essa investigação? Tem como no momento do registro você comparar e ver que esse empreendimento já existiu? E depois ele entra com um novo pedido, tem um novo protocolo e que eu não sei como isso ocorre lá dentro. Eu queria saber se vocês têm essas informações e se ele já existe, desde quando já existe este histórico é isso que eu gostaria de saber, se em razão dessa classificação se ele já recebeu alguma multa, se já foi exigido alguma condicionante. Na verdade é o histórico mesmo, se da para ter acesso ao que ocorreu antes. AILA (SUPRAM) – Nesse caso, nessa razão social que





921 está aqui nesse processo, não existiu nenhum processo de licenciamento anterior a esse, e  
922 nesse caso se trata de uma licença de operação corretiva e pelo que verificou no sistema seria  
923 a primeira licença dele vinculado a essa razão social. VANDA (AMEDI) – E eu pergunto, tem  
924 como saber desde quando ele vem funcionando porque isso eu não vi no parecer. Por  
925 exemplo, tem uma licença corretiva, está corrigindo um empreendimento que começou a  
926 operar classe cinco, começou a operar quando? Teve multa? O Ministério Público não teve  
927 acesso a nenhuma informação, então são questionamentos que eu jogo aí para a gente.  
928 SILVIA (PRESIDENTE) – Equipe técnica da Supram. AILA (SUPRAM) – Conselheira, esse  
929 empreendimento foi implantado em 1999. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, conselheira? Mais  
930 algum questionamento? Então vamos colocar em votação o item 9.2, os senhores conselheiros  
931 que concordarem com o parecer da SUPRAM com a inclusão da planilha modelo no  
932 automonitoramento permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. Processo aprovado.  
933 Vamos agora colocar em votação a inclusão da condicionante número cinco, da lei do snuc  
934 conforme o modelo da SUPRAM. Os senhores conselheiros que concordarem permaneça  
935 como estão ou manifeste voto contrário. THIAGO (FIEMG) – Só para justificar, eu não voto  
936 contrário porque segundo o decreto, tem uma regra de transição e segundo o entendimento do  
937 IEF quando esse empreendimento é formalizado antes de 07/07/2011 ele pode incidir a  
938 compensação ambiental mesmo que não apresente o EIA/RIMA. SILVIA (PRESIDENTE) –  
939 Em votação a condicionante número cinco do snuc. Condicionante aprovada com três  
940 abstenções: FIEMG, FEDERAMINAS e FAEMG. Em discussão o item 9.3 Usina Alvorada  
941 Açúcar e Alcool Ltda – destaque para conselheira Vanda (AMEDI) e para correção da  
942 SUPRAM. Então vamos abrir primeiro para SUPRAM. ELIETE (SUPRAM) – A correção  
943 está na primeira página do parecer, onde houve um engano aqui, nós colocamos a outorga  
944 anterior e ela já está atualizada, então onde se lê outorga ANA resolução 177/2007 é  
945 resolução ANA 819/2011. E quanto a atividade D 01082 e a atividade D 0189, ao invés de  
946 classe cinco seria classe seis, e no corpo do parecer as atividades postos revendedores onde é  
947 120 m³ de combustível, é 150 m³ de combustível. Foi um engano mais sem consequências.  
948 SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, destaque para conselheira Vanda (AMEDI). VANDA  
949 (AMEDI) – Eu queria elogiar o parecer de vocês, trás bastante detalhes, na verdade peca só  
950 em um ponto que não foi colocado e eu senti falta, a questão de fauna e flora. Então eu não sei  
951 como foi abordado isso, se de repente teve alguma consulta a algum técnico do IEF, se existe  
952 uma comprovação disso, se existe algum técnico específico que está olhando isso, acho que  
953 foi só um detalhe de esquecimento que eu queria falar um pouco sobre isso. SILVIA  
954 (PRESIDENTE) – Equipe SUPRAM. ELIETE (SUPRAM) – Sobre a equipe técnica,  
955 realmente nós estamos sem o biólogo, entretanto quando nós recebemos os estudos, todos eles  
956 vêm acompanhados da RT de um profissional adequado juntamente com toda uma equipe. O  
957 profissional se encontra aqui alguma dúvida pode colocar com ele, e assim como a RT desse  
958 projeto de acompanhamento de fauna, tem as RT dos outros projetos também, por isso que  
959 não foi todo aquele detalhamento que nós tínhamos hábito, mas estava tudo cumprido de  
960 acordo com as normas, com a legislação anexado a RT. JOSE ROBERTO (SUPRAM) –  
961 Conselheira Vanda, em relação a essa preocupação da conselheira, é o seguinte, esse processo  
962 é uma LOC, como até o conselheiro Dr. Carlos irá falar, ele foi protocolado com RCA, então  
963 foi pedido como informações complementares todos os programas pela equipe da SUPRAM  
964 que na época eu era o gestor, então foram pedidos na época todos os projetos e programas que  
965 estão citados no parecer. Como é LOC, então vai entrar mais no programa de monitoramento  
966 então é por isso que a equipe no caso seguiu o processo com RT e vai apresentar os



967 monitoramentos da fauna. Não sei se ficou claro. VANDA (AMEDI) – Estou satisfeita e  
 968 quero aproveitar para elogiar o item 8.1 da pauta, eu queria elogiar a equipe técnica que o  
 969 parecer está bem detalhado. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, então muito obrigada  
 970 conselheira, vamos colocar em votação o item 9.3, os senhores conselheiros que concordarem  
 971 com parecer permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. CARLOS VALERA (PGJ)  
 972 – Abstenção, e vou esclarecer o motivo da abstenção. Esse empreendimento foi tratado com  
 973 RCA e PCA e o Ministério Público tem um posicionamento de exigência do EIA\RIMA,  
 974 então eu me abstenho para que o promotor da comarca, avalie essa situação. VANDA  
 975 (AMEDI) – Abstenção, NATHALIA (OPA) – Abstenção. SILVIA (PRESIDENTE) –  
 976 Processo aprovado com três abstenções: Ministério Público, OPA e AMEDI. Em discussão o  
 977 item 9.4 Rejane Pereira Guimarães Achcar – destaque do Ministério Público. CARLOS  
 978 VALERA (PGJ) - Mais uma vez, observando que trata-se de empreendimento classe cinco,  
 979 nós queríamos sugerir a inclusão da condicionante da lei do snuc com a redação padrão da  
 980 SUPRAM TM\AP. SILVIA (PRESIDENTE) – Destaque da conselheira Vanda (AMEDI).  
 981 VANDA (AMEDI) – O início das atividades desse empreendimento se deu em 2005, aí eu  
 982 pergunto, são os mesmo questionamentos porque nunca tem essa comunicação entre  
 983 processos, se teve licença antes? Se teve multa? Está dizendo que é no Rio da Prata, mas não  
 984 fala também bem a localização isso já foi falado antes que eu gostaria que explicasse melhor  
 985 nos pareceres, nos próximos, eu queria saber se a água atende. Porque a água é aqueles  
 986 parâmetros, se você coloca gasto tanto de água, tem tanto de água, porque eu não sei se sobra,  
 987 se falta, se complementa, não está muito claro quanto é captado, quanto é usado e não está  
 988 muito claro no parecer. Basicamente isso. AILA (SUPRAM) – Conselheira Vanda, esse  
 989 processo se trata de uma Licença de Operação Corretiva, e vou dizer novamente, vinculada a  
 990 essa mesma razão social, se trata de uma licença de operação corretiva, nesse caso não sei se a  
 991 senhora conseguiu ler que a gente autuou esse empreendimento atualmente nesse parecer, ele  
 992 foi autuado por queima de resíduos. E com relação às captações só lembrando que se trata de  
 993 três processos de captação de água em poço tubular, e para análise desse processo são  
 994 formalizados três processos distintos, eu até citei os números desses processos, e dentro  
 995 desses processos devem ser apresentados os relatórios técnicos que apresentem a demanda  
 996 hídrica do empreendimento, tem que ter a justificativa para captação e a vazão necessária.  
 997 Então baseado nesses estudos que são apresentados dentro desses processos, a equipe técnica  
 998 da SUPRAM avalia a necessidade desse empreendimento, e a partir disso a gente faz o  
 999 parecer pelo deferimento ou indeferimento. Então nunca a gente vai fazer uma análise de um  
 1000 parecer de outorga baseado em dados fictícios, são os dados informados pelo empreendedor e  
 1001 baseado na demanda hídrica do empreendimento, a gente faz a análise. Aqui a gente colocou  
 1002 somente os números dos processos para fazer um parecer mais sucinto, mais caso a  
 1003 conselheira tenha a necessidade de verificar a vazão, com relação a demanda, não tem  
 1004 problema nenhum a gente pode colocar nos próximos pareceres, sem problema nenhum.  
 1005 VANDA (AMEDI) – Eu acho que aqui na verdade é uma oficina, é um tentando ajudar o  
 1006 outro para que o trabalho da equipe toda saia sempre um trabalho melhor. Então quando esses  
 1007 detalhes que trás dúvidas estão colocados no parecer com mais detalhes, mais explicativos,  
 1008 lembrando que a gente não entende muito de muitas áreas, isso ajuda a gente a formar um  
 1009 juízo de valor. Então na verdade o que eu gostaria de passar o recado, vamos dizer assim é  
 1010 que aqui é uma construção e que cada um tem uma força para podermos juntos fazer um  
 1011 trabalho. Então é por isso que eu trago aqui as minhas dúvidas, com esse propósito de estar  
 1012 colaborando no processo. Eu acho que é só esse questionamento. SILVIA (PRESIDENTE) –



1013 Ok, conselheira. VANDA (AMEDI) – Ok, obrigada. SILVIA (PRESIDENTE) – Então vamos  
1014 colocar em votação o item 9.4, os senhores conselheiros que concordarem permaneça como  
1015 estão ou manifeste voto contrario. Processo aprovado. Vamos votar agora a inclusão da  
1016 condicionante número 10, que trata da lei do snuc conforme redação padrão do SISEMA. Os  
1017 senhores conselheiros que concordarem com a inclusão da condicionante permaneça como  
1018 estão ou vote contrario. THIAGO (FIEMG) – Voto contra, por não encontrar no parecer  
1019 técnico apontamentos significativos de impactos ambientais. FABIO (FEDERAMINAS) – Eu  
1020 acho que a lei de snuc a gente tem que começar a rever ela até a nível estadual, por isso eu sou  
1021 contrario. ELAINE (FAEMG) - Eu voto contrario porque eu entendo que não tem  
1022 enquadramento legal no caso. FLAVIO (SEDE) – Acompanhando os colegas. Então  
1023 condicionante aprovada com voto contra FIEMG, FEDERAMINAS, FAEMG e SEDE. Em  
1024 discussão o item 10.2 Woodtec Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. – com destaque para  
1025 conselheira Vanda (AMEDI). VANDA (AMEDI) – Primeiramente eu quero elogiar o parecer  
1026 o parecer de 10.1 da pauta, ele descreve o uso da água, ele descreve o cumprimento das  
1027 condicionantes, e isso faz a gente se sentir mais seguro na hora de ler o parecer. O 10.2 é o  
1028 Woodtec beneficiamento de madeira, consta a procedência da madeira? A eu não sei se consta  
1029 ou não consta a procedência da madeira. É basicamente isso, sobre a procedência da madeira  
1030 e informações complementares que os técnicos da SUPRAM costumam solicitar, se dessas  
1031 informações complementares poderia descrever um pouco. SILVIA (PRESIDENTE) –  
1032 Equipe técnica da SUPRAM. ALEXSANDRE (SUPRAM) – A madeira geralmente é o pinos  
1033 e ela é adquirida de empresas aqui da região, geralmente a empresa Caxuana. Em relação as  
1034 informações complementares, foram solicitadas informações complementares, as informações  
1035 foram formalizadas em tempo hábil, então está ok. VANDA (AMEDI) – Só para mim ter uma  
1036 ideia, porque em muitos processos, as pessoas trabalham muito bem e não há nenhuma  
1037 necessidade de pedir informação complementar. E em outros, nesse caso específico, teria  
1038 como você me dizer qual informação foi mais, que seria imprescindível ter ali, só para a gente  
1039 ter uma ideia. ALEXSANDRE (SUPRAM) – Eu tive que verificar no processo, basicamente  
1040 foi a adequação da área de estocagem de óleo queimado que estava sendo estocado ao ar livre,  
1041 adequação da bomba de combustível que não estava dentro das normas legais, apresentar  
1042 destinação dos resíduos sólidos no caso cavaco, serragem, maravalha, que são esses  
1043 receptores. Outra informação foi a questão da matrícula da área de reserva legal. VANDA  
1044 (AMEDI) – Me sinto contemplada, e ainda reforçando que um parágrafo para dizer esse  
1045 histórico, por exemplo foram pedido as condicionantes tais, quando fala que elas foram  
1046 cumpridas a gente já sabe quais foram cumpridas fica mais fácil para a gente. É só para  
1047 colaborar, eu estou colaborando está bom? ALEXSANDRE (SUPRAM) – Realmente nos  
1048 pareceres não constam quais as informações foram solicitadas, só consta que as informações  
1049 foram protocoladas em tempo hábil cento e vinte dias e que elas foram atendidas. SILVIA  
1050 (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, com relação às informações complementares ele  
1051 informou mais, durante a sua fala você citou as condicionantes. Mais uma vez nós vamos  
1052 enfatizar todas as condicionantes exigidas na licença anterior, vem relatada no parecer e a  
1053 informação se foi cumprida totalmente, se foi parcial. Você citou novamente as  
1054 condicionantes, por isso estamos enfatizando conselheira. Não tendo mais nenhum  
1055 questionamento sobre o item vamos colocar em votação o item 10.2, os senhores conselheiros  
1056 que concordarem com parecer da SUPRAM permaneçam como estão ou manifeste voto  
1057 contrario. Processo aprovado. **Item 11 - Assuntos gerais.** SILVIA (PRESIDENTE) – Dentro  
1058 de assuntos gerais, eu gostaria de passar a palavra para o Rodrigo, ele gostaria de manifestar.





1059 RODRIGO (SUPRAM) – Primeiro eu gostaria de dar um bom dia a todos, e gostaria de  
1060 primeiramente informar a todos os conselheiros e participantes que a SUPRAM mudou de  
1061 endereço, semana passada ela ficou fechada para fazer a mudança, nós estamos em novo  
1062 endereço na Praça Tubal Vilela, nº 03 no Centro. Isso foi uma luta muito grande, já tem dois  
1063 anos que a gente batalhava com a reforma do prédio que vai oferecer uma condição melhor  
1064 tanto de atendimento, quanto para o trabalho da nossa equipe. A gente ainda está em fase de  
1065 mudança, terminando os ajustes finais, mais é uma grande conquista não só nossa mais de  
1066 toda região para prestar esse melhor serviço. E também gostaria de informar que nesse novo  
1067 endereço a gente conta com auditório para realização de nossas reuniões, então eu gostaria  
1068 aqui de prestar meus esclarecimentos a FIEMG, a Prefeitura, que nesses anos tanto nós  
1069 serviram com local, mais eu já deixo aqui que se precisar eu vou pedir o local de vocês. Então  
1070 eu queira agradecer ao Pedro Lacerda viu Thiago, a prefeitura Raquel ao Prefeito a questão  
1071 dos espaços, e informar que na próxima reunião em setembro já vai ser realizada no nosso  
1072 auditório lá, tanto a reunião do COPAM como a reunião de COPA regional que já vai iniciar  
1073 no próximo mês. Então eu gostaria de agradecer a todos e principalmente aos dois Thiago e  
1074 Raquel. THIAGO (FIEMG) – Fica a disposição a nossa casa, parabenizar ai o local, já estive  
1075 lá visitando, e isso trás uma independência maior ainda além da existente para o órgão. O  
1076 nosso parabéns e quando vocês precisarem nós estamos a disposição. RAQUEL  
1077 (PREFEITURA) – A gente também continua a disposição, seja para as reuniões ou qualquer  
1078 outro evento, e desejar sucesso para vocês no novo local que com certeza vai ficar em  
1079 melhores condições de trabalho, que eu sei o quanto é puxado para você lá. RODRIGO  
1080 (SUPRAM) – Só para finalizar o espaço lá também está aberto para todos, se todas as  
1081 instituições precisarem nós estamos abertos com o espaço lá também. SILVIA  
1082 (PRESIDENTE) – Obrigado Rodrigo, aproveitando a sua presença Rodrigo, eu gostaria de  
1083 agradecer pelo trabalho que a equipe tem desenvolvido neste regional da unidade colegiada do  
1084 COPAM nós tivemos hoje vários elogios ao trabalho da equipe, e dizer que para gente é  
1085 satisfatório esta conduzindo a reunião e ver esse desempenho da equipe e principalmente que  
1086 a equipe tem pautado seus trabalhos totalmente no cumprimento da legalidade, bem como os  
1087 demais princípios que são inerentes a administração pública. Meus parabéns a vocês e  
1088 gostaria também de agradecer a equipe do COPAM, os senhores conselheiros pela presença,  
1089 pelas sugestões que aqui foram dadas, e com certeza a gente chegara a um trabalho muito  
1090 melhor com as sugestões, com apoio de todos vocês. DORA (PN3) – Teve reunião do PN3  
1091 em Ituiutaba terça –feira, e eu gostaria de chamar o Gustavo Malacco para falar rapidamente  
1092 sobre um dos assuntos que foram tratado. GUSTAVO MALACCO – Bom dia, eu já tinha  
1093 relatado aqui na reunião passada a respeito da ameaça que eu tinha recebido na reunião da  
1094 CETIL em Belo Horizonte, e agora eu trago uma carta da organização que eu participo  
1095 endereçada ao secretário de meio ambiente de estado, afim de protocolar esse pedido na  
1096 mesma, para que seja levado a ele de forma oficial. “A Secretaria de Meio Ambiente e  
1097 Desenvolvimento Sustentável. Ao Sr. Adriano Magalhães Chaves – Secretário de Estado de  
1098 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. De associação para gestão sócio ambiental  
1099 do Triângulo Mineiro. Assunto notícia de fato: Ameaça. Excelentíssimo Sr. Secretário a  
1100 Associação para Gestão Sócio Ambiental do Triângulo Mineiro, pessoa jurídica de direito  
1101 privado sem fins lucrativos legalmente constituída sobre CNPJ: 19.336.557\0001-43, com  
1102 sede em Uberlândia, neste ato representado por seu presidente Gustavo Bernardino Malacco  
1103 da Silva, inscrito no RG: 8603-042, vem respeitosamente a presença de vossa excelência  
1104 trazer o conhecimento dos lamentáveis fatos ocorridos no dia 02 de julho de 2012, na cidade



1105 de Belo Horizonte no prédio da antiga Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
1106 Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, na Rua Espírito Santo, nº 495 – Centro. Na  
1107 ocasião foi proferido uma ameaça ao biólogo Gustavo Bernardino Malacco da Silva, nº de  
1108 identidade 8603-042, residente em Uberlândia, Minas Gerais, pelo senhor Carlos Eduardo  
1109 Zazur, nº de carteira de identidade 15619056, residente em São Paulo. A ameaça se deu  
1110 antes do início da 10ª reunião conjunta da Câmara Técnica Institucional Legal – CETIL e  
1111 Câmara de Instrução de Instrumentos – CETIG. No âmbito do conselho estadual de recursos  
1112 hídricos CRH onde se pautou processos da empresa Alupar Investimento S.A– São Paulo,  
1113 cujo senhor Carlos Eduardo, que representava a empresa, em processos empreendimentos  
1114 hidrelétricos Cruz Velha e Cutia Alta. O biólogo Gustavo Malacco, representava a  
1115 associação para gestão sócio ambiental triângulo mineiro, integrando uma comitiva da  
1116 região do pontal do triângulo mineiro, compostas por representantes da associação  
1117 comercial industrial de Ituiutaba, Sindicato Rural de Ituiutaba, Ordem dos Advogados do  
1118 Brasil – sessão Ituiutaba e Comitê de Bacia dos Efluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, que  
1119 participavam da reunião para defender setores da região do pontal discordando dos  
1120 empreendimentos da Alupar. O senhor Carlos Eduardo na presença de dois funcionários da  
1121 empresa Alupar, os senhores Tiago Campos Nogueira e Eduardo B. Dinon ameaçou o Sr.  
1122 Gustavo com frases como: “Você não conhece a empresa que está prejudicando, somos uma  
1123 empresa poderosa e estamos investigando sua vida inclusive na Polícia Federal, e ainda é  
1124 bom que o empreendimento saia por bem, pois se não terá consequências para sua vida”.  
1125 Portanto damos ciência a todos os fatos, em anexo segue pauta da reunião conjunta da  
1126 CETIL/CETIG e o boletim de ocorrência SIAD/P 2012 1250039, lavrado pela Polícia Militar  
1127 de Minas Gerais que destaca os fatos em suas circunstâncias ocorridas. Tornamos público os  
1128 presentes fatos ocorridos pois ainda há repúdio a qualquer tipo de ameaça que afronta o  
1129 estado democrático de direito. Esperamos que o debate sobre a viabilidade ambiental dos  
1130 empreendimentos hidrelétricos, se restringe ao campo técnico e de respeito a diversidade de  
1131 opinião. Diante o exposto, serve a presente para levar a questão ao conhecimento de vossa  
1132 excelência, a fim de coibir danos futuros a integridade física de membros dessa associação.  
1133 Nestes termos, pede deferimento. Uberlândia para Belo Horizonte – 10 de agosto de 2012”.

1134 SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, a gente receberá e fará o encaminhamento ao secretário Dr.  
1135 Adriano Magalhães. THIAGO (FIEMG) - Gustavo, eu gostaria de esclarecer que o Tiago não  
1136 sou eu. SILVIA (PRESIDENTE) – Então agora neste momento, as 11:33, damos encerrada a  
1137 reunião. CARLOS VALERA (PGJ) – Presidente está com fome (risos). Pessoal, é só para  
1138 trazer um esclarecimento, eu até achei que a Silvia iria falar, nós criamos no âmbito da  
1139 SEMAD, Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil, um grupo de trabalho para nós  
1140 fazermos a reformulação de todos os autos de infração dos boletins de ocorrência e das  
1141 perícias ambientais. Esse grupo está constituído, tem a primeira reunião no dia 13,  
1142 infelizmente dia 13 eu não posso porque eu já tinha anterior, mais os colegas que tiverem  
1143 alguma contribuição por favor nos mande por email. Em complemento a esse trabalho, alias  
1144 não é Rodrigo, o início desse trabalho é um piloto que eu o Rodrigo e toda equipe da  
1145 SUPRAM, estamos fazendo aqui no Triângulo, o que é que nós fizemos? Pegamos algumas  
1146 tipologias, desmatamento, laticínio, matadouro, poluição sonora, lixo, resíduos sólidos, e  
1147 estamos fazendo já este trabalho. A nossa ideia é fechado esse trabalho que nós chamamos de  
1148 check-list ambiental nós vamos passar para uma captação da Polícia Militar, e num segundo  
1149 momento esses dados da Polícia Militar vão ser dados muitos estratificados e vão ajudar e  
1150 muito a análise dos laudos periciais, tanto para instruir as ações civis públicas, como também



1151 instruir as ações penais. Então nós fechamos hoje, e provavelmente vamos começar esse  
1152 trabalho lá em Uberaba. Então fica aqui nosso pedido para aqueles que tiverem alguma  
1153 sugestão, alguma crítica, para que nós possamos agregar a esse trabalho que obviamente  
1154 depois é interesse do secretário em disseminar para o estado todo, porque hoje um dos  
1155 grandes gargalos que nós temos na SEMAD, é justamente a questão das perícias para instruir  
1156 as ações civis públicas, e as ações penais. Então obrigado a todos. VANDA (AMEDI) –  
1157 Parabenizo a iniciativa, e seria muito interessante esse cruzamento de dados com a SUPRAM.  
1158 SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum conselheiro? Então vamos agradecer a presença  
1159 também do Robson da Ouvidoria Geral, e agora 11:36 damos por encerrada a reunião. Muito  
1160 obrigada a todos, tenham uma boa tarde. **Item 12 – Encerramento:** Nada mais havendo a ser  
1161 tratado, a presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão e eu,  
1162 Danielle Teixeira Pinto, lavrei a presente Ata que segue por ele assinada. Uberlândia, 30 de  
1163 Agosto de 2012.

1164  
1165  
1166  
1167  
1168  
1169  
1170 SILVIA CRISTIANE LACERDA – (presidente suplente)  
1171  
1172  
1173  
1174  
1175  
1176  
1177